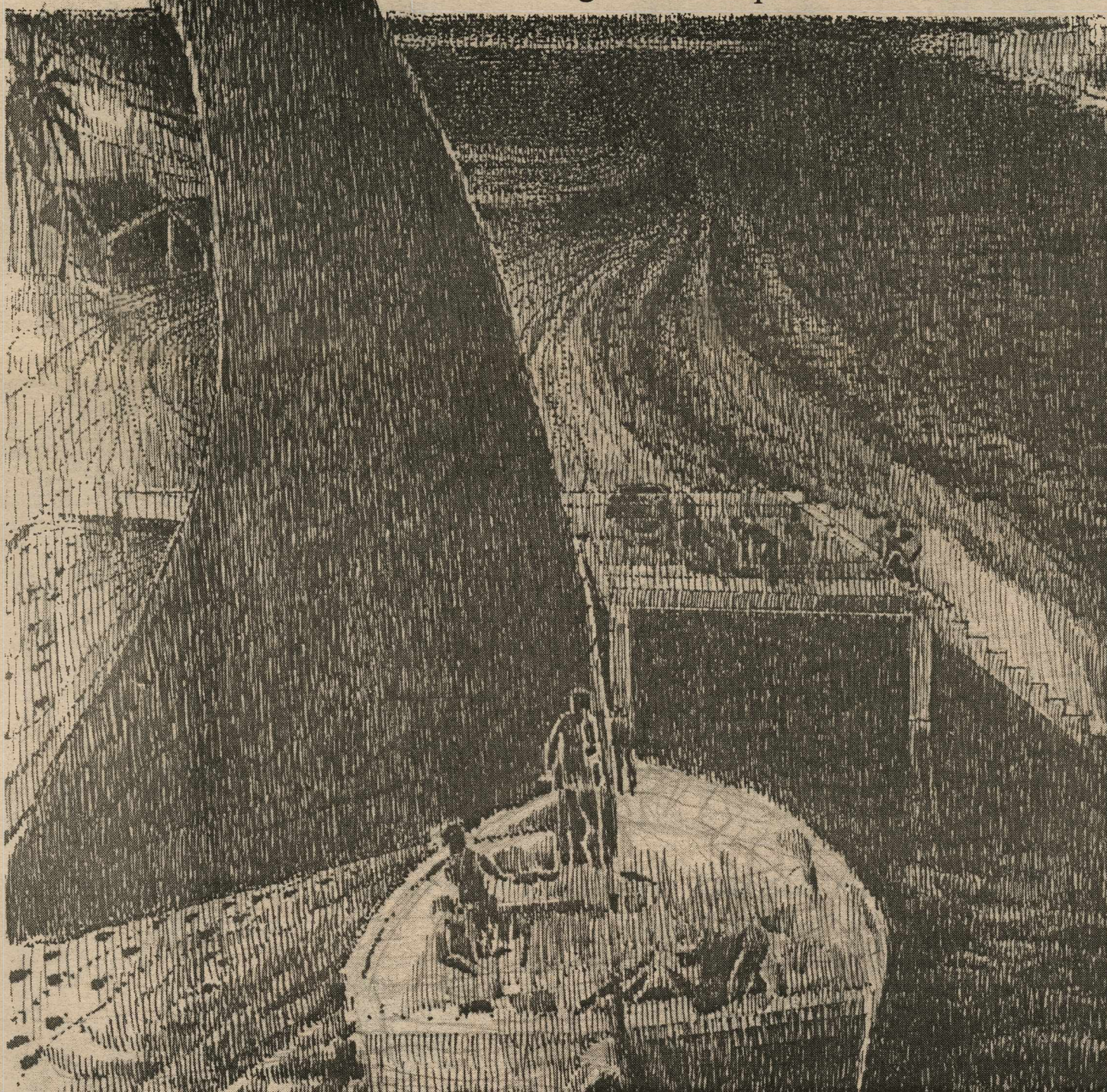


O GALO

ANO XII - Nº 02 - Fevereiro 2000

NATAL-RN FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA

A obra de Aguinaldo Muniz, um dos artistas que renovaram a arte norte-rio-grandense neste século, é resgatada e reapresentada neste número



Mons. Assis explica como as pesquisas o levaram a defender a beatificação dos mártires de Cunhaú e Uruaçu; o poeta Fagundes de Menezes, recém-falecido, é homenageado por Manoel Onofre Jr., Tobias Pinheiro e Getúlio Araújo; Francisco J. C. Dantas discute o regionalismo literário; poemas inéditos de Gilberto Avelino, Carmem Vasconcelos e Nei Leandro

Índice

- 3 Ana Amélia Fernandes - Aguinaldo Muniz, o inovador
- 4 José Melquíades - Quem entrará no reino dos Céus?
- 6 Carmen Vasconcelos - Carta da mulher do lavrador
- 7 ENTREVISTA
Monsenhor Francisco de Assis Pereira.
- 10 - Paulo F. A. Maranhão- A capela de Cunhaú e seu valor histórico
- 12 - Graça Pinto - Um marco na poesia brasileira
- 14 21 POIS É A POESIA (Luís Carlos Guimarães) - Nei Leandro de Castro
- 15 - Manoel Onofre Jr. - Fagundes de Menezes, contista e poeta
- 16 Fagundes de Menezes- Três poemas de *Cânticos do Amor Inesperado*
- 17 - Tobias Monteiro - Fagundes, um mestre em jornalismo
- 18 - Getúlio Araújo - Fagundes, o bardo do mar
- 19 - Francisco Dantas - Regionalismo literário?
- 23 - Afrânio Pires Lemos - O primeiro número
- 24 Gilberto Avelino Três tercetos e um cântico às vozes do mar



Em entrevista ao jornalista Nelson Patriota, monsenhor Assis conta detalhes inéditos de sua pesquisa que culminou com a beatificação dos mártires de Cunhaú e Uruaçu

Mártires, hachuras e tercetos

Em dois momentos distintos desta edição, O GALO se volta para o passado. No primeiro momento, através da entrevista com Monsenhor Francisco de Assis Pereira, Postulador da Causa dos mártires (agora beatos) de Cunhaú e de Uruaçu; no segundo, com o tributo que presta à memória do poeta Fagundes de Menezes, um norte-rio-grandense que galgou vários postos de destaque no Sudeste, entre eles, o de presidente da União Brasileira de Escritores, seção Rio de Janeiro.

Na entrevista com Mons. Assis, o jornalista Nelson Patriota elegeu questões ligadas não só à história religiosa, mas sobretudo à conjuntura em que viveu o Brasil sob jugo flamengo. Mas a especificidade da questão do martírio das vítimas de Cunhaú e Uruaçu é ressaltada com força argumentativa por parte do Postulador.

Para que o leitor contemporâneo compreenda melhor a conjuntura de Cunhaú, reproduzimos o estudo que o historiador Paulo Fernando de A. Maranhão dedicou à capela de Cunhaú.

A homenagem a Fagundes de Menezes inclui três textos, todos de pessoas conhecedoras de sua obra: Manoel Onofre Jr., Tobias Pinheiro e Getúlio Araújo, além de uma seleção de poemas constantes de *Cânticos do Amor Inesperado*, último livro de poemas de Fagundes de Menezes.

A parte ensaística deste número começa com o resgate do artista plástico norte-rio-grandense Aguinaldo Muniz, por parte da pesquisadora Ana Amélia Fernandes. Os bicos-de-pena, as figuras hachuradas que ilustram a matéria dão uma demonstração eloqüente da arte desse norte-rio-grandense que muito contribuiu na arquitetura e nas inovações do modernismo na cidade de Natal.

O escritor José Melquíades assina o ensaio *Quem entrará no reino dos Céus?*, onde, com sua consabida erudição, comenta o papel das prostitutas nas narrativas bíblicas, algumas delas eleitas para o reino dos Céus.

Os quarenta anos de publicação de *Arado*, terceiro livro de poesia de Zila Mamede, é o mote do ensaio "Um marco na poesia brasileira", de Graça Aquino. Trata-se, segundo a autora, de um livro de poemas "construídos a partir de idéias e sentimentos fortes".

A coluna *Pois é a poesia* apresenta poemas inéditas

do novo livro de Nei Leandro de Castro, *Diário íntimo da palavra*. Segundo o juízo do crítico Luís Carlos Guimarães, titular da coluna, "são poemas impregnados do toque encantatório da linguagem, a revelarem um poeta que, ao desatado lirismo do primeiro livro, impôs comedimento nas instâncias poéticas que se seguiram".

O escritor sergipano Francisco J. C. Dantas assina o texto "Regionalismo literário?", onde ilumina muitas questões implícitas na discussão sobre o que seja ou não um autor regionalista. Trata-se de um ensaio, sob muitos aspectos, inovador e de grande fôlego no que concerne à sua argumentação. Por exemplo, o regionalismo seria característica das literaturas dos países subdesenvolvidos, como defende Antônio Cândido? Será o regionalismo uma corrente secundária na literatura brasileira? Sem meias-palavras, Dantas contra-ataca: "O vezo tradicional de se considerar a nossa ficção *regionalista* inicial como secundária também tem sua parcela de responsabilidade na resistência que os entendidos das duas metrópoles brasileiras exerceram contra os *regionalistas*". Em suma, Dantas recoloca em discussão tudo o que passava por verdade no campo do regionalismo literário.

A poetisa Carmen Vasconcelos explora com requintes poundianos o poema em prosa, em "Carta da mulher do lavrador": "*Estou sendo fiel aos meus erros, é a minha forma de sentir fome. E de sentir-me forte também*". O poeta Gilberto Avelino presenteia os leitores de O GALO com pérolas do seu futuro livro "Os tercetos e um canto às vozes do mar", onde o timbre oceânico do poeta macauense parece reencontrar-se com seu *habitat* ancestral. O artista plástico Dorian Gray Caldas, afeito às marinhas de horizontes largos, ilustra com a naturalidade de sua arte a arte poética de Gilberto.

Encerrando esta edição, Afrânio Pires escreve sobre as vicissitudes dos colecionadores de periódicos antigos, na crônica "O primeiro número". Fale de cátedra, aliás.

Em suma, apoiado por tantos 'galos de raça', este GALO canta forte, mais uma vez.

Atenciosamente,

O Editor

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GARIBALDI FILHO
Governador

Fundação José Augusto
WODEN MADRUGA
Diretor-Geral

JOSÉ WILDE DE OLIVEIRA CABRAL
Assessor de Comunicação Social

Departamento Estadual de Imprensa
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA TORRES
Diretor-Geral



O GALO

Nelson Patriota
Editor

Tácito Costa
Redator

Jailton Fonseca
Produção

Colaboraram nesta edição: Luís Carlos Guimarães, Ana Amélia Fernandes, Getúlio Araújo, Aguinaldo Muniz, José Melquíades, Carmen Vasconcelos, Paulo Fernando de A. Maranhão, Graça Aquino, Manoel Onofre Jr., Tobias Pinheiro, Francisco J. C. Dantas, Afrânio Pires Lemos, Getúlio Araújo e Dorian Gray Caldas.

Redação: Rua Jundiá, 641, Tirol - Natal-RN - CEP 59020.220 - Tel (084)221-0342/ 221-0023 - Telefax (084) 221-0342. A editoria de O Galo não se responsabiliza pelos artigos assinados. E-mail do editor: nelson@digicom.br



Aguinaldo Muniz, o inovador

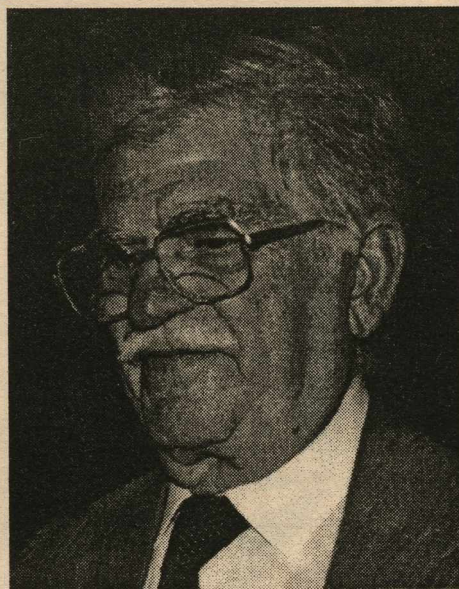
Ana Amélia Fernandes

Encontramos o artista Aguinaldo Muniz em sua residência em Ponta Negra, pleno de vitalidade nos seus 82 anos. Um homem que muito contribuiu na arquitetura e nas inovações do modernismo na cidade do Natal. "É o nosso veterano," como disse Dorian Gray, ao saber que iríamos procurá-lo.

Não o chamaríamos de autodidata porque o desenho arquitetônico aprendeu com o seu pai Miguel Muniz de Melo, topógrafo e desenhista. "Comecei cedo", diz. "Meu pai colocava almofadas no tamborete da prancheta e lá eu já tinha vontade de inovar nos projetos" - inovações em sua maioria aceitas pelos clientes de

seu pai. "A arquitetura nasceu em mim pela minha sensibilidade pelas artes. Eu criava a fachada, a planta e fazia a perspectiva sozinho. Estudei perspectiva no livro de H. Vaz Correia. Me esforcei tanto, que passei a dominar até a perspectiva 'a vôo de pássaro', a mais difícil!... Procurei conversar com arquitetos famosos que estiveram em Natal - muitos a convite de Omar O'Grady. Conheci Jorge Murnier, arquiteto francês e também estive com Palumbo, na ocasião em que O'Grady dava início a sua grande contribuição para Natal.

Na arquitetura, dois grandes exemplos demonstram o novo e o moderno dos projetos de Aguinaldo Muniz: o prédio do Cine Nordeste que dispunha de um painel externo,



Aguinaldo Muniz: "A arquitetura nasceu em mim pela minha sensibilidade pelas artes"

também de sua autoria, sobre o tema Radiofonia, e o já demolido prédio da sede social do Clube do ABC, no bairro de Petrópolis, ambos em Natal. Todos com linhas dinâmicas, incluindo áreas curvas e o uso de diagonais.

Fez funcionar por mais de 30 anos um escritório de projetos arquitetônicos contratando, inclusive, mulheres desenhistas como Sofia Pípolo e Maria de Lourdes Lopes.

Quando adolescente, estudando no Ateneu Norte-Riograndense, foi aluno de Desenho do nosso famoso escultor, Hostílio Dantas, que o deixou em 2ª. época, por descobrir que ele fazia as tarefas dos alunos da série anterior. "Ora, com o dinheirinho que entrava eu podia fazer minhas outras artes"... comentou de forma

irreverente, acrescentando que o mais perfeito da obra de Hostílio, "será sempre a beleza das filhas... Muito bonitas!"

Nasceu no município de Macaíba, RN, em 26 de abril de 1917, filho de Miguel Muniz de Melo e de Sílvia Muniz de Melo. Cercado por um orquidário, nos fundos da casa, um jardim na lateral, dois gatos (um siamês e outro angorá), Aguinaldo Muniz vive e trabalha com a tranquilidade do artista que aprecia o belo e com a discrição de um maçom que superou atitudes indignas de profissionais que atravessavam o seu caminho. Tem o carinho da sua esposa Francisca Felízia Ferreira de Carvalho Muniz, e também dos quatro filhos (Hélcio, Hênio, Zênia e Zália), dos genros, noras e netos.

Sua arte tem características fortes de vida e de movimento realizada na aventura de captar gestos do cotidiano. Seus *bicos de pena* na busca da fuga do clássico tendem para a geometrização dos contornos e para o expressionismo. São sempre permeados pela disciplina no hachurado todo na vertical e pela presença marcante da luz e da sombra. O domínio da perspectiva e a sensibilidade para captar movimento, ação, podem ser observados muito bem nas marinhas, no frevo de um painel (*O Carnaval na Tavares de Lyra*), na festa junina, na vigilância de um cão ou nos botes com velas, que aumentam a beleza plástica do litoral nordestino, captada por Aguinaldo. Seus temas chamaram a atenção do historiador e folclorista Câmara Cascudo que não relutou em ilustrar o seu famoso *Dicionário do Folclore Brasileiro* editado em 1962, com sua obra *Cafuné*, no verbete do mesmo nome.

Com a tinta acrílica, Aguinaldo entra na sua própria arte. Pinta com as mãos, se lambuzava de tinta, entra-se no criado e, usando cores em escala monocromática, deslumbra, com a sua perícia, momentos captados e recriados para um nu, para a placidez e sombra de um mangue em um tênue remanso da água ou para a arrojada perspectiva de um simples barco.

A sua criatividade passa também pela brincadeira de fazer aguadas com cerveja e café, retratando amigos ou mesmo ilustrando cenas. Em 1990, por ocasião de sua ida ao sul do país, para participar, em parceria com o arquiteto Moacir Gomes, de uma concorrência para a urbanização da Praia do Recreio dos Bandeirantes,



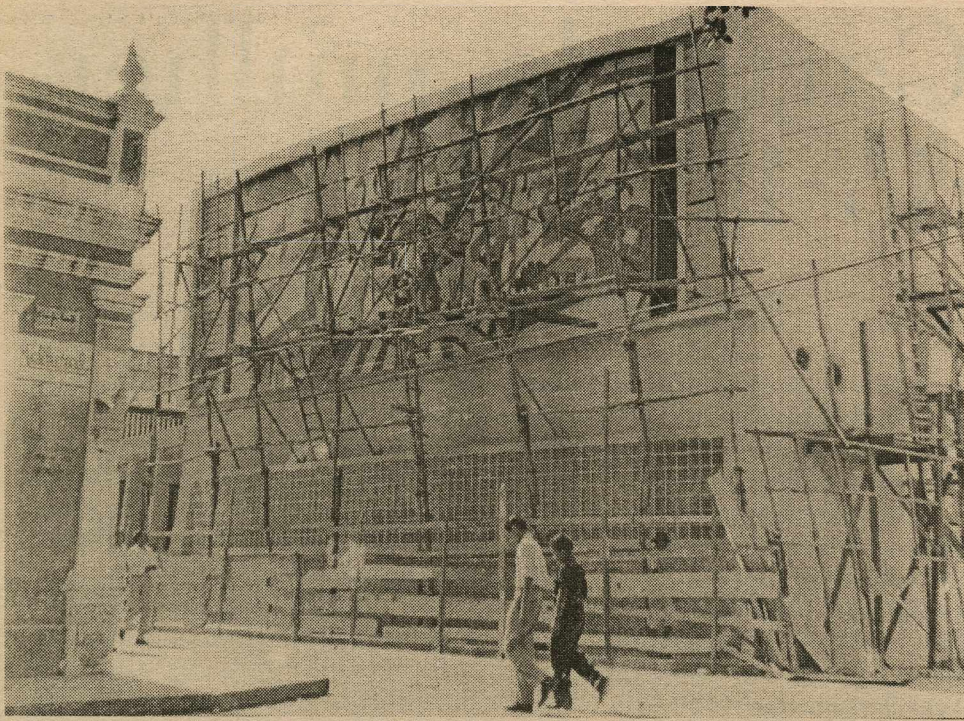
Dois trabalhos de Aguinaldo Muniz: acima, *Travessia de riacho*, bico-de-pena (acervo do artista); abaixo, *Carnaval na Tavares de Lira* (acervo do autor)



no possa ser passageiro, e que daqui a algum tempo não se fale mais nos padres cantores. E o que ficou desse fenômeno?

a jornalista Maria R. Pires do *Jornal do Comércio* abre a manchete da matéria com a frase que já demonstra a versatilidade do artista: "Crayon, café e cerveja, o mix de Aguinaldo Muniz. O aspecto inovador dos seus temas foi também captado pela escritora quando coloca no texto que "Muniz mantém à flor da pele sua sensibilidade e se atualiza a cada passo, dando vida ao que retrata. No seu estilo expressionista desvinculado do academicismo, dá lugar a motivos como a lambada – o novo ritmo latino que está ganhando o mundo – e fixa para a posteridade, em cores quentes e movimentos graciosos dos dançarinos, este novo parêntese dentro da cultura brasileira." (J. do Comércio, 2.7.1990)

Não fica por aí a sua produção. A umburana é esculpida em blocos monolíticos de aproximadamente 40 a 50 cm de altura com estilete, fazendo surgir, também, cenas, gestos, sentimentos. Deste modo, cria um São Sebastião em contorções de dor com pescoço e boca suplicantes, ou, então, a faceirice de uma mulher, amparada em um homem, dengosamente reclamando de um machucado no pé. Esculpiu também em pedra sabão. Sua arte, quando não assume dimensões extraordinárias e extrapola os limites do Estado é, em sua maioria, reservada. A produção de bicos de pena, telas e esculturas é doada aos amigos. O mestre Dorian Gray, em *Artes Plásticas no Rio Grande do Norte*, definiu muito bem esta sua característica quando



Aguinaldo Muniz, no andaime, concluindo o mural sobre radiofonia para o mural da Rádio Nordeste. O projeto da obra também é de sua autoria

explicitou: “Aguinaldo distribui os seus quadros a mancheias, numa prova de generosidade, e com a mesma facilidade com que os pinta”.

A geometrização das figuras, característica do cubismo, é aparente nos trabalhos de Aguinaldo que declara ter recebido influência de Portinari: “eu sempre o admirei, apreciava o traço, a técnica, que era muito do meu jeito. Nele eu encontrava aquilo que eu queria, sem o copiar: expressar a minha sensibilidade através da arte, sem muito detalhamento”... Declara também a sua grande admiração pelo artista pernambucano Percilau, o qual se destacou por seus *bicos de pena* com traços modernos e, como diz Aguinaldo, exuberantes.

O mural de dez metros de comprimento por quatro de altura, que abordava o tema da radiofonia, foi uma demonstração desta fase mas que, infelizmente, Natal não soube preservar. Dói saber que foi substituído por áreas vazadas para ventilação e que depois, comprovando a inutilidade da destruição, foram fechadas, deixando a desolação de se saber que ali existiu um marco – o primeiro mural externo, da cidade, e que deveria ter sido preservado para a posteridade como produto, também, da pintura modernista de Aguinaldo Muniz. Nele, o artista colocou em estilo que referenda o movimento do cubismo aqui, em Natal, ângulos com cenas da múltipla visão do rádio – violas, músicos, teatro, contos e os locutores, sendo,

estes, enfatizados por ele, como a alma da radiofonia.

Guarda no seu currículo a vaidade de ter servido na Segunda Guerra para o serviço militar americano na Base Aérea de Parnamirim como desenhista. “A escada para o presidente Roosevelt descer do avião, foi detalhada por mim, para atender as suas necessidade de locomoção dificultadas pela sua deficiência física nas pernas.” Em 15 de junho de 1945 foi condecorado pelo comandante das Forças Armadas do Atlântico Sul, Ralph Wooten em reconhecimento “for excellent performance.”

Funcionário do Departamento de Estradas e Rodagens – DEER, antigo SEER, o desenhista e topógrafo Aguinaldo Muniz foi Chefe de Residência em Itaretama (Lages, RN) e é autor do símbolo dessa empresa. Foi também, na década de sessenta, Diretor do Setor Litero Social Recreativo da Associação dos servidores do DER, a ASDER.

Homem discreto, espera que sua arte fale mais alto. Em 1958, em uma das poucas coletivas que participou, a convite do escritor Umberto Pellegrino e do arquiteto Arialdo Pinho, recebeu o Prêmio do 1.º lugar entre 22 participantes. A grande satisfação dos que fazem a Fundação José Augusto e o Jornal O Galo é a de saber que, após se recuperar da cirurgia de catarata, a meta deste artista é continuar na sua produção.

Ana Amélia Fernandes é socióloga e pesquisadora da FJA.

Quem entrará no Reino dos Céus?

José Melquíades

É muito natural que as pessoas, depois de uma certa idade, preocupem-se com a outra vida; e também é muito natural que haja algumas dúvidas. Pois bem, entre uma incerteza e outra, uma das coisas que muito preocupa o cristão é a salvação da alma. Egresso de um Seminário, onde me obriguei a ler a Bíblia em latim e depois repassá-la para o português e outras línguas mais ásperas, relendo muitos destes textos, começo a meditar sobre a I Carta de São Paulo aos coríntios.

Lá pela altura do cap. VI, o mais fiel seguidor das pegadas de Jesus nos garante que “**nem os injustos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avarentos, nem bêbados, nem maldizentes, herdarão o reino de Deus**”. Meu Deus!

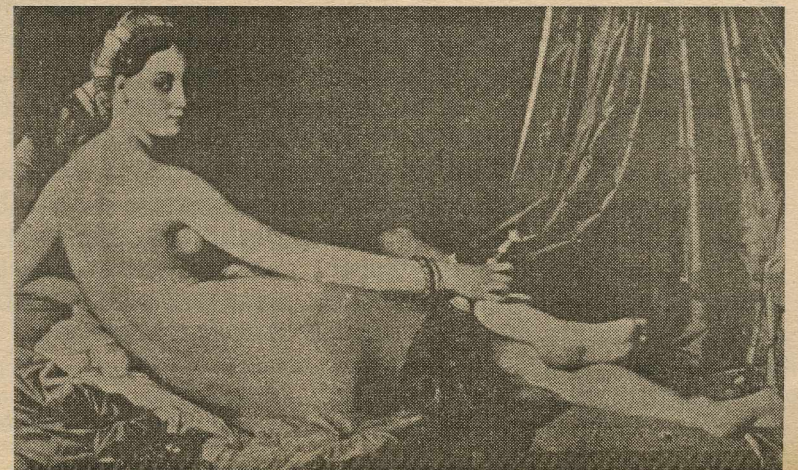
Quem escapará, nesse mundo de hoje e nesse Brasil que já se tornou o paraíso dos ladrões e de todos os prevaricadores mencionados por São Paulo! O meu conforto é que muitos políticos, pelo menos implicitamente, estão incluídos nesse rol de culpados, o que também não salvará a pátria. E nos assegura ainda São Paulo com toda autoridade que a fé o alcança: **não vos enganeis**. Não, não me enganarei jamais. Está assegurado que o Apóstolo das Gentes recebeu o beneplácito dos defensores da fé e da fidelidade ao Rabi da Galiléia. Entretanto, o mais estarrecedor, nessa

linguagem de esclarecimento divino, em que se nega o passaporte desses traficantes para a grande viagem ao céu, é que o próprio Jesus garantiu o reino dos céus a um ladrão. É verdade que tinha que ser bom. Garantiu também essa bem-aventurança às meretrizes e aos cobradores de impostos chamados *publicanos*.

Na parábola dos dois filhos, um que mentiu ao pai, o outro que não queria trabalhar (ambos eram preguiçosos), Jesus concluiu seu belo sermão aos que o consultaram com estas palavras: **na verdade vos digo que os publicanos e as meretrizes vos precedem no reino dos céus** (Mt. 21,31). Publicanos eram os cobradores de impostos. No Império Romano eram coletores do fisco. Entre os judeus eram odiados como traidores da religião porque exigiam tributos do povo de Deus. Deus conduziu o seu povo livre de impostos, argumentavam. Muitos desses exatores eram desonestos e cometiam abusos extorsivos. Esse exemplo ainda prevalece em muitos fiscais da renda pública.

Os judeus esqueciam que o Sumo Sacerdote nunca perdoou o dízimo a ninguém. Melquisedec, rei, juiz e sacerdote de Salém, exigiu do seu primo Abraão a décima parte de todos os seus bens, sem lhe dispensar uma novilha.

No caso das meretrizes bem recompensadas, já havia o precedente da prostituta Raabe, salva do **cercos de Jericó** por determinação expressa de Josué e pelo mérito de ter essa



Em sua tela “Odalisca deitada”, o artista francês Ingres exprime toda a magia que cerca a nudez voluptuosa da mulher

heroína ocultado, em sua casa, dois espiões mandados pelo mesmo Josué, guerreiro do Exército de Deus e sucessor de Moisés. Nesse Cerco, o extermínio foi pior que a bomba atômica. Mataram homens, mulheres, crianças, velhos e animais. Escapou somente a boa prostituta Raabe, seus pais, irmãos e o resto da família. Todos passaram a gozar de grande reputação, **no meio de Israel; e puseram fogo à cidade e tudo o que se achava nela, a exceção do ouro e da prata que consagraram o tesouro do Senhor (Jos.6 – 20,25).** Na II Carta de Tiago, Raabe é “declarada justa” por ter acolhido os mensageiros de Josué.

Outro exemplo confortador é o casamento do profeta Oséias. Deus ordenou a esse seu servo que esposasse a prostituta Gômer. É o próprio Oséias quem nos conta e nos dá conta do romance. Oséias viveu três anos na companhia de Gômer. Depois o Senhor lhe ordenou juntar-se com uma mulher adúltera. Oséias obedeceu e comprou a debochada por 15 escudos.

No Gênesis, há o exemplo de Tamar, viúva de dois filhos de Judá. Disfarçada em meretriz, fez-se prostituir pelo próprio sogro de quem concebeu dois lindíssimos gêmeos. Só escapou da fogueira porque confessou o erro do seu ardil (Gen. 38 – 12,27). Tudo isso recebeu o caráter do selo da divindade. Em matéria de prostituição, o livro do profeta Ezequiel é muito fértil. Os capítulos 16 e 36 são proibidos a menores de 14 anos. Péssimo é o procedimento das irmãs Oolá e Oilibá que praticam toda sorte de sórdida impudícia, com os amantes da Síria e do Egito. No tempo de São Jerônimo, a leitura desse livro só era permitida, na sinagoga, aos maiores de 30 anos, afirma Voltaire. Parece que os antigos rabinos acreditavam que o livro fosse mais humano do que divino. Entretanto, para os bons exegetas, Ezequiel é tão inspirado quanto os Evangelhos: frutos da revelação divina.

Para fortalecimento de nossa fé, recentemente Dom Demétrio Valentini, bispo de Jales, em entrevista à Rádio CBN, fez esta confortável declaração: **“As prostitutas merecem respeito. São elas que nos abrem as portas do céu.”** (Veja, 02.02.2000 – p. 37). Tens muitas razões para alimentares as tuas dúvidas. Mesmo que sejas possuído de muita fé e muita integridade moral,

possuído das mais acendradas virtudes, já chegarás ao céu com atraso; e terás que ser recebido pelas santas prostitutas.

E que dizer das irmãs religiosas, reclusas em conventos e mosteiros, renunciando os prazeres desse mundo, devotadas a Deus pelo voto de castidade? Que humilhação serem recebidas no céu pelas prostitutas. Tens razão em teu íntimo: a dúvida permanece.

Por tão belos e edificantes exemplos, não admira que os bons ladrões e as felizardas prostitutas se antecipem, no reino dos céus, aos juizes. Parece que São Paulo desconhecia esses fatos.

Seguindo esses conflitantes exemplos, o cristão tem motivos sobejos para alimentar as suas dúvidas sobre o transporte deste para outro mundo, principalmente aquele bem versado nas Sagradas Escrituras. Quanto a mim, permaneço num **dilema**, aquilo que os gregos chamam de **conjuntura difícil** e os filósofos colocaram dentro desse **dilema** um crocodilo para confundir o pai e o filho. Tudo o que me resta é me valer das lágrimas do crocodilo e seja lá o que Deus quiser. Mas se não és pederasta nem ladrão, não vives alcoolizado nem és colecionador de imagens (idólata), não és adúltero, sodomita ou usurário, então podes fielmente acreditar em São Paulo. Teu lugarzinho estará reservado lá no reino, onde tu permanecerás sentado por toda a eternidade. Estará garantida a tua salvação. Desse mesmo modo, inversamente, Virgílio, no Canto VI da Eneida, colocou no Tártaro o infeliz Teseu. **Sedet aeternumque sedebit infelix Theseus** – o infeliz Teseu está sentado e permanecerá sentado eternamente. Mas isso em Virgílio é fábula e a fábula é falaciosa.

Enquanto isso, tratarei, aqui na terra, de salvar a minha pele sem recorrer a dermatologistas, porque a sarna com a qual nos coçamos é também uma herança do povo de Deus. Lá está no Levítico a infecção de todas as doenças epidérmicas chamadas de imundice. Evitarei ser imundo até o fim da vida. Para conforto final, recorro às palavras de Jesus no jardim de Getsêmani, horas antes de ser preso: **“Minha alma está triste até a morte...”**

José Melquíades é romancista e ensaísta. Escreveu, entre outros, *História do Seminário de São Pedro*, e *Os EUA; a mulher e o cachorro*.

Carta da mulher do lavrador

Carmen Vasconcelos

No dia seguinte à fuga da mulher do lavrador, foi encontrada uma carta metida na moldura do Sagrado Coração de Jesus...

“Hoje não é um dia para se pedir amor... O sol esteve cáustico. Miserável, arfa o campo semeado. O medo é abrasador, a colheita pode não vingar. E um grito teu rasgaria meu vestido... Meu vestido de algodão outrora florido, esgarçado pelo tempo, tênue... Como nossa vida. Se vier o amanhã, esvaída a fumaça, talvez haja um lugar para nos deitarmos, lado a lado, homem e mulher deitados.

Nossos braços roçarão um no outro e se dirão prazer. Todas as promessas de amor que nunca fiz, eu as farei para ti, se escaparmos deste instante incendiado. Sim, meu amor, tu me censuras por prometer beijos nestes tempos de incerteza e desabrigo, mas sou sincera e leal.

Estou sendo fiel aos meus erros, é a minha forma de sentir fome. E de sentir-me forte também.

Há alguns anos, recostada em ti, ouvi da tua boca:

- Fascinante é a dor, se com verdade e coragem foi exposta.

Tudo que então era eu te amou. E tudo me deste de mim. No que sou, estás. Deixa-me ter a ilusão de falar-

mos novamente de amor, num dia desses que se alteram, luz e sombra. Eu não quero sentir na língua o gosto de escuridão que tem toda palavra não pronunciada.

Meu desejo é uma corredeira de luz aonde as palavras navegam e se infundem no imponderável. O que quero é dispersão. Sinto-me dispersa mesmo antes de partir...

De qualquer modo, estarás em mim no eterno, nas minhas virtudes, meu amor, na minha ilusão acossada pela liberdade doída da estrada vasta. Sopraste o que sou, digo com pesar e não com alegria, pois embora te saiba em mim, já não há como abraçar-te... no entanto, penso em noites poderosas escapando das minhas mãos se eu pudesse tocar teu corpo...

Sagrado coração de Jesus, velai por esta casa, protegei seus moradores, os campos em redor molha de caridade.” (Esta oração foi escrita ao pé da página).

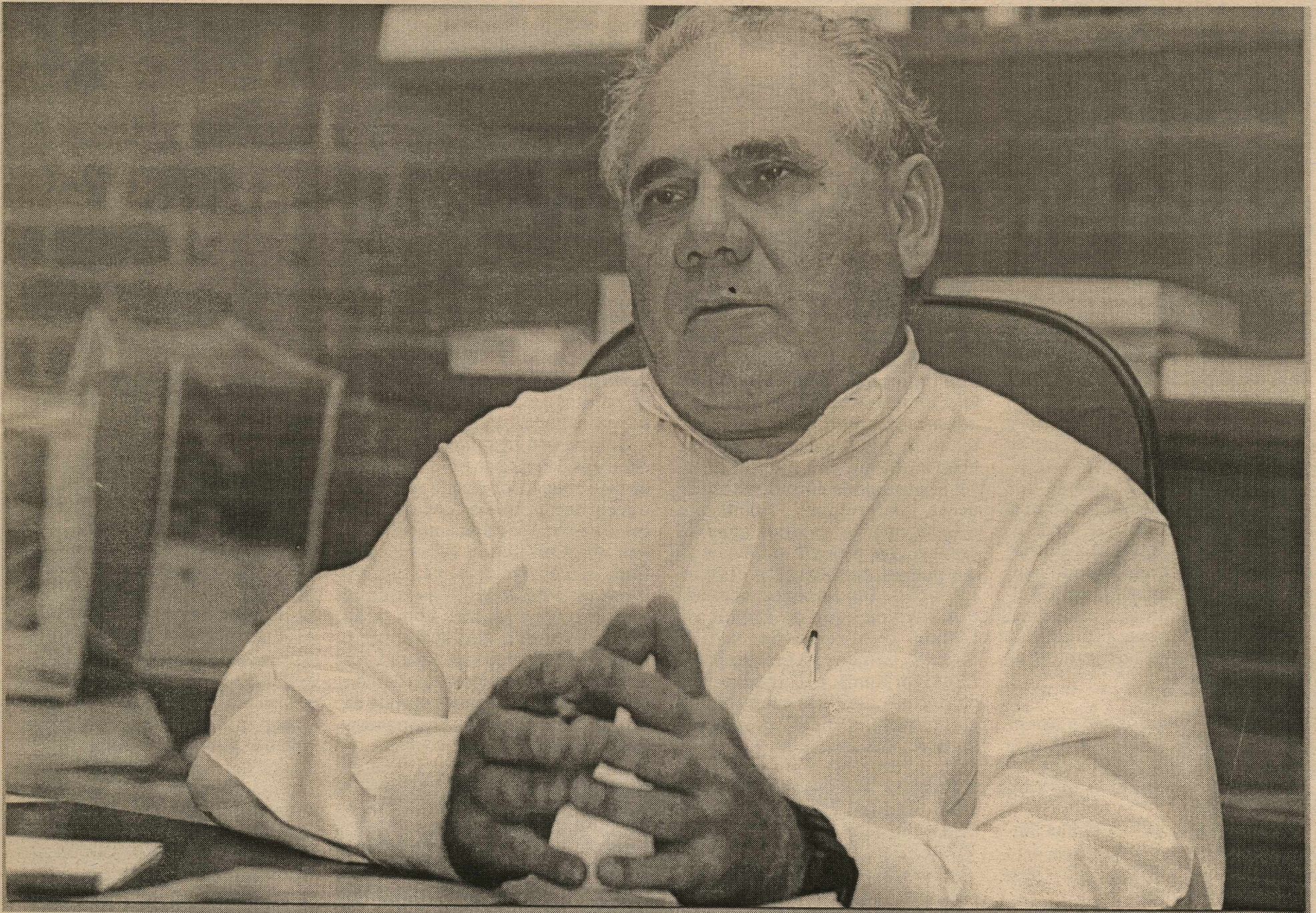
Espalhou-se como rastilho de cupinzeiro a notícia da fuga. E acorreram à casa do lavrador outros homens e suas mulheres e seus filhos esqueléticos e seus galgos. Do céu, começavam a pingar gotas de chuva. Do sagrado coração de Jesus também pingou um pouco de sangue.

Carmen Vasconcelos, norte-rio-grandense, é poetisa e contista.



“Meu desejo é uma corredeira de luz aonde as palavras navegam e se infundem no imponderável”

Monsenhor Francisco de Assis Pereira



Neste dia 5 de março, um acontecimento inédito na vida religiosa brasileira será celebrado na Praça de São Pedro, no Vaticano, quando o papa João Paulo II proclamará beatos os 30 mártires de Cunhaú e Uruaçu. Evento único na vida religiosa do nosso país, o fato terá conseqüências imediatas para o Estado do Rio Grande do Norte, que ganha dois núcleos de peregrinação, e, ao mesmo tempo, enriquece a Igreja brasileira com 30 beatos, quando dispunha até então de apenas um, Frei Galyão. Grande parte do êxito do processo de beatificação dos

mártires potiguares dependeu do trabalho realizado pelo Monsenhor Francisco de Assis Pereira, Vigário Geral da Arquidiocese de Natal e Postulador da Causa, à qual dedicou uma década de trabalho, resumida no livro *Protomártires do Brasil* (Natal, 1999).

Em entrevista exclusiva ao jornalista Nelson Patriota, Mons. Assis relata todo o difícil processo que culminou no reconhecimento do martírio das vítimas de Cunhaú e Uruaçu, e o que isso significa para a Igreja no Estado e no Brasil.

Trabalho sobre mártires do RN é recompensado

O GALO - No dia 5 de março, o Vaticano estará anunciando oficialmente a beatificação de 30 pessoas, vitimadas nos massacres de Cunhaú e Uruaçu, no Rio Grande do Norte. Os massacres aconteceram durante o domínio holandês, no séc. XVII. Por que a Igreja demorou tanto para reconhecer esses beatos, e o que isso significa para o catolicismo no Brasil?

Monsenhor Francisco de Assis Pereira – Realmente demorou muito, já que o martírio ocorreu há 355 anos atrás, embora a veneração desses mártires tenha sido permanente, de acordo com o que eu vi nas minhas pesquisas. Mas um processo de beatificação, de canonização, é uma coisa muito complexa, e certamente foi essa cautela de não iniciar um processo que poderia não ir adiante, o que talvez tenha impedido os bispos que passaram aqui pela diocese de iniciar logo esse processo. Foi necessário então a coragem e a ousadia de Dom Alair Vilar, o antecessor do atual arcebispo Dom Heitor, que, sendo filho do Rio Grande do Norte, natalense, e que tendo passado muitos anos na Bahia como bispo, voltou aqui como arcebispo e anunciou já no discurso de posse a intenção de resgatar a memória dos mártires de Uruaçu e Cunhaú.

O GALO – Sabemos que o senhor teve um papel decisivo para que esse processo tivesse um desfecho positivo. Qual foi, realmente, a sua contribuição nele?

Monsenhor Assis – A minha função é a de Postulador da Causa, isto é, a pessoa que coordena todo o processo de beatificação.

O GALO – Seria então uma espécie de advogado de defesa dos mártires...

Mons. Assis – Poderia ser chamado assim, mas o Postulador da Causa é mais um coordenador de tudo que se refere à canonização: a parte histórica, a parte canônica, a parte burocrática, a parte devocional.

O GALO – Como foi o começo desse trabalho?

Mons. Assis – Eu era assessor de Dom Alair, há cerca de 10 anos atrás, quando ele me convidou para examinar se havia realmente condições para iniciar o trabalho de beatificação, ou seja, se havia fontes históricas seguras em seu favor. Era uma visão inicial que ele queria de mim. Quando lhe apresentei o resultado do meu trabalho, então ele achou que eu poderia dirigir e coordenar todo esse processo e me nomeou Postulador da Causa.

O GALO – Quais foram as descobertas decisivas que o senhor fez ao longo desses dez anos de trabalho de investigação?

Mons. Assis – A coisa fundamental era recolher toda a literatura histórica sobre o assunto, sobretudo livros de autores da época que estivessem mais próximos aos fatos. Tratava-se de uma causa histórica e precisávamos ver o que os historiadores haviam dito acerca deles. A partir desses autores, os cronistas do século XVII, portugueses e brasileiros, mas mais portugueses. Recolhemos essa literatura fundamental, depois passamos também a recolher a literatura do lado holandês, para percebermos sob que prisma os holandeses os analisaram. Depois do estudo dessa literatura, decidimos investigar os próprios arquivos estrangeiros, para ver se havia algo que pudesse complementar essas informações. Daí visitamos sobretudo o arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, o Arquivo Secreto do Vaticano, o arquivo da Companhia de Jesus, em Roma, e o Arquivo Real da Holanda, uma vez que se tratava de um acontecimento do período holandês, e lá encontramos uma farta documentação sobre o período. Especificamente sobre o martírio, alguns documentos importantes, não assim com tanta abundância.

O GALO – Nessas pesquisas o senhor constatou a existência de um consenso ou de divergências em torno dos mártires?

Mons. Assis – Os fatos em si são narrados tanto pelas fontes portuguesas como pelas fontes holandesas. É evidente que pelo lado holandês há informação sobre os massacres, mas tentando colocá-los no clima de hostilidades da época. Eram fatos normais numa luta entre portugueses e brasileiros, de um lado, e os holandeses, do outro. Este é o prisma holandês da questão. Já o ponto de vis-



o livro encerra dez anos de pesquisas realizadas por monsenhor Assis, em diversas partes do mundo, sobre os mártires do RN

ta dos escritores portugueses procura apresentar esses fatos com uma dimensão patriótica, sem dúvida, mas também religiosa, mostrando os vários pontos em que o aspecto religioso predominou.

O processo dos mártires já concluiu e a beatificação é o coroamento de todo o trabalho visando esse final: o reconhecimento da Igreja. O processo passou por várias comissões no Vaticano: Comissão de Historiadores, Comissão de Teólogos, de Bispos e Cardeais, e em todas essas fases do processo conseguimos aprovação daquilo que tínhamos apresentado. De modo que, indo então para a decisão final do Santo Padre em dezembro de 1998, ele assinou o decreto do martírio. Isto significa o encerramento do processo, o reconhecimento do martírio, restando apenas a festa de beatificação que ele marcou para o dia 5 de março.

O GALO – Isso quer dizer que eles já são beatos?

Mons. Assis – Não. Eles só serão beatos a partir do dia da beatificação. Há um momento, na festa, em que o Santo Padre proclama solenemente os seus nomes e diz que eles são de agora em diante considerados beatos. Há cânticos, palmas, alegria, entusiasmo, é o momento mais solene da cerimônia. É também quando os estandartes dos beatos aparecem lá para toda a praça de São Pedro. É praxe, nas beatificações, se prepararem grandes painéis, grandes estandartes, para serem exibidos na cerimônia. Já man-

damos confeccionar o nosso quadro, que eu mesmo estou levando, feito por um pintor aqui da terra, Gilvan Lira, realmente um excelente pintor. Conseguimos colocar na tela aquilo que pretendíamos: o fato dos martírios, o grupo dos mártires, focalizando de modo especial Padre André de Soveral, Padre Ambrósio Francisco Ferro e Mateus Moreira. A tela já está pronta a vamos levá-la segunda-feira (28 de fevereiro) para Roma.

O GALO – Essa cerimônia do dia 5 de março é exclusiva dos nossos mártires ou inclui outros mártires?

Mons. Assis – É uma solenidade coletiva. Nesse dia serão beatificados mártires de cinco países: o nosso grupo, mártires das Filipinas, da Tailândia, Vietnã e Bielo-Rússia. Eles têm um ponto em comum, são todos mártires. O papa quis nesse dia fazer uma beatificação só dos mártires, de modo que ao nosso lado haverá outras peregrinações desses povos, honrando os seus mártires.

O GALO – Como está o processo de canonização dos mártires potiguaras, agora que eles já são beatos?

Mons. Assis – A parte de investigação histórica, esta já está concluída. O mesmo processo de beatificação é utilizado para a beatificação. A única exigência que se faz para que haja a canonização é (e não é coisa de pouca monta) é a constatação de um milagre atribuído à intercessão dos mártires. Uma cura extraordinária, um acontecimento que não se explique pelos meios normais – a cura de uma pessoa enganada pela medicina, por exemplo – se ficar constatado o extraordinário desse fato, então será feito um processo unicamente em cima desse fato. O milagre tem de acontecer após a beatificação. Estamos convocando os católicos a fazerem preces a esses mártires nesses casos difíceis e todos os que tiverem conhecimento de fatos dessa natureza – cura atribuída à intercessão desses mártires – devem nos comunicar para que possamos averiguar os fatos, sob o ponto de vista médico, diagnósticos, etc. É também um processo bastante complexo destinado a analisar aquilo que se apresenta como um fato milagroso.

O GALO – A falta de beatos e santos brasileiros também pesou na decisão da beatificação dos mártires de Cunhaú e Uruaçu?

Mons. Assis – Isso talvez tenha contribuído para que o processo corresse mais rápido, pois um período de dez anos é considerado muito curto para um processo de beatificação.

O GALO – Constata-se também a contradição de ser o Brasil o maior país católico do mundo e não tem um único santo.

Mons. Assis – É verdade. Nosso país só tem um beato, que é o beato Frei Galvão, porque os outros dois, que foram beatificados no Brasil não são brasileiros - Padre Anchieta e Madre Paulina. Viveram aqui, morreram aqui, mas não são brasileiros. Então o primeiro foi Frei Galvão, os nossos são os segundos. Portanto, não há dúvida nenhuma de que isso contribuiu para o aceleração do processo e sua tramitação mais rápida.

O GALO - O senhor está trabalhando em outras causas de beatificação. Que causas são estas?

Mons. Assis – Atualmente estou trabalhando na causa de beatificação do Padre Ibiapina, que nasceu em Sobral, no Ceará, e morreu na Paraíba, no município de Arara. Morreu no final do século passado. É um homem extraordinário, porque foi um advogado, formado, entrou na carreira política, teve toda uma parte de sua vida voltada para a vida normal, profissional, e aos 40 anos decidiu ser sacerdote, e passou a se dedicar totalmente aos pobres. Viajou por todo o Nordeste, um andarilho missionário de Deus. Não é mártir, teve uma morte natural. Por isso, o processo de Padre Ibiapina está prosseguindo, mas falta ainda muita coisa. Uma das exigências que vamos encontrar para a beatificação de Ibiapina é a ocorrência de um milagre. É um necessário um milagre para a beatificação dos que não são mártires, e outro milagre para a canonização.

O GALO - E o Padre João Maria, quando será beato?

Mons. Assis – Quanto ao Padre João Maria, ainda não foi iniciado o seu processo de beatificação, embora seja um homem muito venerado em Natal. A gente passa na praça que leva o seu nome e encontra manifestações de piedade, velas, promessas, orações ao redor de sua estátua. Segundo Dom Heitor, agora após o processo dos mártires, ele pretende iniciar o processo do Padre João Maria. E um outro processo que eu cuido e que



Mons. Assis: "Segundo Dom Heitor, agora após o processo dos mártires de Cunhaú e Uruaçu, ele pretende iniciar o processo do Padre João Maria".

ainda está na fase inicial é o de Dom Vital, Bispo de Olinda, que viveu no século passado.

O GALO - Aquele bispo conhecido pela crise oposição que fez à Maçonaria no Recife, fato conhecido como a Questão Religiosa...

Mons. Assis – Exatamente, a famosa questão com a maçonaria. É um processo que certamente não será fácil devido a toda essa polêmica.

O GALO - O Sr. acredita na formação de um núcleo de peregrinação em Cunhaú, à semelhança daqueles de Canindé, Juazeiro, no Ceará, ou mesmo Aparecida, em São Paulo, já que se trata de um número expressivo de mártires?

Mons. Assis – Acredito que a capela de Cunhaú que já atrai muitos peregrinos, inclusive de outros Estados. Evidentemente, após a beatificação, o movimento crescerá bastante,

claro que não chegará ao nível do de Canindé ou Juazeiro, ou mesmo Aparecida, que já têm uma tradição muito antiga. Mas sem dúvida creio que haverá um recrudescimento da fé em Cunhaú, mas também em Uruaçu, a partir do momento em que o Estado realizar o que prometeu, que é construir um monumento aos mártires lá, no local do martírio, que hoje é uma fazenda particular.

O GALO - A ocorrência de dois massacres bem próximos um do outro suscita algumas questões: eles eram freqüentes no tempo dos flamengos? Que outros registros existem de chacinas praticadas por holandeses em seus domínios? O que distingue os acontecimentos de Cunhaú e Uruaçu de outros massacres praticados pelos holandeses na época?

Mons. Assis - Na luta contra os holandeses, a chamada Insurreição

Pernambucana, aconteceram grandes batalhas, como as de Guararapes, do monte das Tabocas, etc. Afora isso, ocorreram massacres em pequenas localidades do nordeste. Evidentemente que esses massacres todos não são mártires, no sentido cristão da palavra. Outros fatos ocorreram e ninguém pensa em transformá-los em processo de beatificação. São as características dos fatos de Cunhaú e Uruaçu que levaram ao início do processo. Basta dizer que em 1633, o ano da chegada dos holandeses em Natal, logo depois que eles tomaram a Fortaleza dos Reis Magos, houve um grande massacre no engenho Potengi, não distante da cidade. Morreram várias pessoas, inclusive o dono do engenho. Outro exemplo é o do francês João Lostau Navarro, que tinha qualquer coisa ligada a pescaria, em Barra de Tabatinga. Sua casa foi invadida, houve mortes, mas não houve mártir. Agora, o próprio Lostau Navarro escapou dessa chacina na sua residência, mas morreu realmente mártir em Uruaçu porque o contexto era diferente: havia um pastor protestante, um índio protestante fanático, toda uma preparação espiritual nos dias que precederam ao mártirio por parte dos moradores reunidos, com orações e sacrifícios, sabendo que iam ser executados. Esse contexto todo, que dá um cunho religioso a esses acontecimentos, é que levaram a sua apresentação como fatos de mártirio religioso, enquanto outros são mártirios patrióticos, sem conotação religiosa.

O GALO - Na pesquisa que o senhor levantou, como Postulador da Causa fala-se na participação dos índios potiguares e tapuias no massacre, seguida de cenas do mais cruel canibalismo. Há outros registros de canibalismo indígena no litoral do Rio Grande?

Mons. Assis - Na verdade, eram todos canibais. Os próprios documentos jesuítas, dos primeiros jesuítas aqui no Estado falam do costume do canibalismo entre os índios potiguares, embora os tapuias sejam mais ferozes, mais devastadores. Inclusive em Cunhaú um cronista holandês narra uma cena de canibalismo nas vítimas de Cunhaú. Na verdade, as fontes históricas não falam do sepultamento desses corpos, ao passo que falam do sepultamento dos corpos das vítimas de Uruaçu no próprio local de mártirio. O fato de não se falar no sepultamento das vítimas

de Cunhaú confirma essa tese da prática do canibalismo ali.

O GALO - Os índios potiguaras, que habitavam o litoral, se dividiram, por um lado, entre aqueles que se converteram ao catolicismo e ficaram aliados dos portugueses, como Felipe Camarão, o cacique potiguar, filho de Camarão Grande, e que se distinguiu nas guerras contra os holandeses, e, de outro lado, os que optaram pelo calvinismo, como os líderes indígenas Pedro Poti e Antônio Paraopaba. A par da guerra pela posse da terra, portugueses e flamengos disputavam também as almas dos gentios. Pode-se falar de uma guerra religiosa entre a Igreja e a Reforma no Brasil holandês?

Mons. Assis – Acho que podemos afirmar que as lutas religiosas no continente europeu de certo modo influenciaram o clima de hostilidades que se formou no Rio Grande do Norte, a partir da chegada dos holandeses. Eles estavam vindo de um ambiente de guerra religiosa, e não toleravam muito as práticas dos cristãos, fazendo restrições aos cultos católicos. Acredito que essas lutas não eram tão encarniçadas e acentuadas como na Europa, mas sem dúvida havia um clima de intolerância religiosa de ambas as partes.

O GALO - Como o senhor vê o fenômeno dos padres cantores, como o Padre Marcelo Rossi e outros que fazem da fé uma espécie de show televisivo para as multidões?

Mons. Assis – O que eu acho positivo nesse fenômeno que é novo no Brasil é a presença da Igreja nos meios de comunicação social, através da música desses padres. De certo modo, isso chama a atenção dos telespectadores para o mistério de Deus. Um padre cantando canções religiosas leva uma imagem do divino para os meios de comunicação. Só tenho medo é que isto permaneça só nesse nível; que não haja um trabalho que continue essa presença da igreja através de um aprofundamento, de um doutrinação, de um inserimento na realidade com os seus problemas, na vida do povo. Tenho medo é que esse fenômeno possa ser passageiro, e que daqui a algum tempo não se fale mais nos padres cantores. E o que ficou desse fenômeno? A minha pergunta é esta. O fenômeno é positivo, mas é necessário todo um trabalho que não reduza a Igreja a essa mera manifestação nos meios de comunicação.

A Capela de Cunhaú e seu valor histórico

Paulo Fernando de A. Maranhão

*“A Capela de Cunhaú é o santuário do Rio Grande do Norte”
(Luís da Câmara Cascudo)¹*

*“Esse é o Cunhaú que recorro, altar da história rio-grandense”(…)”
(Hélio Galvão)²*

IMPORTÂNCIA DA CAPELA

A Capela de Nossa Senhora das Candeias de Cunhaú é um dos mais valiosos monumentos históricos do Rio Grande do Norte e do Brasil e, refere D. Nivaldo Monte, Arcebispo de Natal, o “mais importante monumento histórico da vida religiosa do povo brasileiro”.³

Seu grande valor histórico decorre dos relevantes acontecimentos que nela ou em suas proximidades tiveram lugar, bem como do fato de ser a Capela Senhorial da Casa de Cunhaú, Casa cuja origem remonta aos primórdios da colonização da Terra Potiguar e cuja história está estreitamente ligada à história do próprio Rio Grande do Norte, além de sua expressiva participação na conquista e na colonização do Nordeste Brasileira, na luta contra os invasores franceses e holandeses, e na expansão da indústria açucareira.

Ela é assim testemunha material de importantes feitos, relíquia de um passado glorioso, monumento rico de conteúdo histórico, verdadeiro documento arquitetônico do feudalismo brasileiro.

A Cunhaú e sua Capela se referem com reverência eminentes historiadores. Aludindo a sua importância para o Rio Grande do Norte, escreve Luís da Câmara Cascudo:

“Não há trecho de terra mais sagrado para nós. Foi o primeiro núcleo industrial da Capitania e a

região mais revirada pela guerra e molhada pelo sangue. Ali viveram os filhos e os descendentes do fundador da cidade de Natal. Ali lutaram Felipe Camarão e Henrique Dias. Ali viveu a tranqüilidade de André de Albuquerque. Ali o fausto do brigadeiro Dendé (...). A Capela era o cemitério aristocrático dos Albuquerque Maranhão. É um altar inteiro, devocionário de religião instintiva, com os heróis que se dedicam ao deus do Céu e ao Rei da Terra (...). com o Forte dos REIS MAGOS, também abandonado até a destruição, a Capela de Cunhaú constitui as melhores “peças” de nosso patrimônio histórico. Salvá-la é engrandecer-nos...”⁴

“A Capela de Cunhaú é o santuário do Rio Grande do Norte. Lugar de morte pelo ódio e louvor da fidelidade à tríada antiga consagradora, a Deus,

ao Rei e à Família. A Pátria, terra dos pais, era a soma desses elementos”.¹

Hélio Galvão assim se exprime:

“(…) Cunhaú empregado aqui é o Cunhaú feudal, maior que o principado de Mônaco, que Jerônimo de Albuquerque doou aos filhos (...), 5.000 braças em quadro: Cruzeiro, Estrela, Outeiro, Maranhão, Bom passar, Mangueira, Torre, Boa Vista, Sargi, Várzea (...). Terras que a morte, pela mão dos escrivães, veio dividindo até hoje... O Cunhaú que evoco é este. O engenho com a capela. Seus proprietários: Matias e Antônio de Albuquerque (...), André de Albuquerque e não sei quantos descendentes. O Cunhaú que espantou Koster. Esse é o Cunhaú que recorro, altar da história rio-grandense, onde um sacerdote, “alter Christi”, derramou o sangue, molhando os paramentos sagrados.”²



Cronistas confirmam massacre ocorrido na Capela de Cunhaú, no séc. XVI

Cunhaú na história do RN e do Nordeste

A Casa de Cunhaú foi fundada por Jerônimo de Albuquerque (+1618), Capitão-Mor do Rio Grande (e

posteriormente do Maranhão), ao conceder a seus filhos Antônio (+1667) (que depois governou o

Maranhão e foi Capitão-Mor da Paraíba) e Mathias de Albuquerque (+Ca. 1685) (depois Capitão-Mor da Paraíba), a 2 de maior de 1604, 5.000 braças quadradas na várzea do Cunhaú e duas léguas em Canguaretama; o engenho construído nessas terras tomou o nome daquela várzea.⁵

O Engenho de Cunhaú “tem uma história que se desenvolve paralela à história do Rio Grande do Norte”, e “célebre pelos feitos gloriosos que nele se desdobraram” no decurso da ocupação holandesa.⁷ Foi o primeiro engenho de açúcar do Rio Grande do Norte⁵ e, durante parte do período colonial, seu principal núcleo de população.⁷ “Cunhaú está em relatórios, diários, narrativas, escritas em holandês, italiano, francês, inglês, latim e alemão. Mereceu registro na cartografia dos séculos XVII e XVIII”.⁶

A Casa de Cunhaú participou ativamente na conquista do Maranhão, de 1613 a 1615, com a expulsão dos invasores franceses (Jerônimo de Albuquerque, por esse feito, acrescentou a seu nome o agnome Maranhão), tendo o Engenho de Cunhaú sido hipotecado para o prosseguimento dessa conquista.⁸ Ela participou também na luta contra os invasores holandeses em meados do século XVII e, no final do mesmo século, no combate à sublevação dos índios no Rio Grande do Norte, que ameaçava a existência da própria Capitania, tendo o Senhor da Casa, Afonso de Albuquerque Maranhão, em 1690, derrotado os índios Canindés (mais tarde, ele presenteou os Canindés com uma légua de terra, para os mesmos lá se estabelecerem). Em 1711, Afonso, durante a chamada Guerra dos Mascates, enviou à Nobreza de Olinda ajuda militar (que não chegou a seu destino).

Do século XVIII para os primeiros anos do século XIX, a Casa de Cunhaú era a primeira fortuna da Capitania,⁹ entrando “pelo século XIX como centro de decisões políticas.”⁶ Diz Hélio Galvão: “Fiel à tradição patriarcal, lá estava o triângulo – casa grande – senzala – capela. – Capela de Nossa Senhora das Candeias, com seu capelão.⁶ Durante o movimento de 1817, André de Albuquerque Maranhão, Senhor de Cunhaú (filho de outro de igual nome), assume a chefia do Governo Provisório do Rio Grande do Norte, vindo a ser traiçoeiramente morto um mês depois.

A invasão holandesa. O massacre de Cunhaú

No período holandês, a crônica de Cunhaú “enriquece na trama de episódios em que se mesclam a bravura e a ferocidade, o heroísmo cristão e crueldade (...), a rapacidade insaciável do invasor e a boa fé confiante dos moradores.”⁶ Toda a campanha holandesa escolhe Cunhaú para lutas furiosas. A região é revolvida a espada, ali lutando grandes cabos de guerra. De 1645 a 1652, Cunhaú foi teatro de lutas, vinganças e represálias ferozes, entre os insurretos Pernambucanos e os Holandeses.

Um dos fatos mais impressionantes que aí sucedem foi o terrível massacre ocorrido na Capela em 16 de junho de 1645, perpetrado por índios sob a supervisão do Delegado do Governo Holandês junta a eles, Jacó Rabi.

Na tarde de 15 de julho de 1645, chega Jacó Rabi ao Engenho de Cunhaú seguido por numerosa malta de índios Janduis (inimigos dos portugueses e aliados dos holandeses). Entra no local com simulada paz e manda avisar aos moradores que aproveitaria a Missa do dia seguinte, Domingo, para anunciar a todos instruções do governo holandês recebidas do Recife. Para afastar suspeitas, o Delegado declarava que a ninguém se faria mal.

No dia seguinte, pela manhã, seja pelo preceito religioso, seja pela convocação do preposto dos holandeses, a concorrência à Capela foi numerosa. Durante a Missa, depois da Consagração da Hóstia, subitamente, a um sinal do Delegado, os Janduis invadiram o templo, matando cruelmente dezenas de pessoas, inclusive o celebrante, o idoso Padre paulista André de Soveral. Os índios passaram depois para o engenho, que teriam incendiando. Pouquíssimos homens conseguiram escapar. As mulheres e as crianças, em parte poupadas, espalharam a notícia do morticínio.

Este trágico episódio marca o começo do fim do domínio holandês no Rio Grande,⁶ pelo horror que causou e pela conseqüente reação que suscitou dos luso-brasileiros. Pouco tempo depois, a 3 de outubro de 1645, teve lugar a horrível tragédia em dois atos que foi o massacre de Uruaçu.

Esses dois episódios encheram de sangue... e de glória o Rio Grande do Norte, sobressaindo eles, entre os fatos relevantes do Brasil das origens, como uma das estrelas de maior grandeza. Suas vítimas, “que tombaram em defesa da integridade” de sua Pátria, “e pureza de sua fé são hoje reverenciados como heróis e mártires.”¹⁰

O prédio se apresenta como tendo sido muito bem construído, talvez a mais sólida construção destinada a uma Casa de oração na então nascente Capitania do Rio Grande.¹³ Como Cunhaú foi teatro de lutas, saques, depredações e incêndios durante a ocupação holandesa, é possível que nessa época ela tenha sido parcial ou totalmente destruída, e que para sua recuperação tenha sido utilizado “o mesmo material da demolição. Esta hipótese se consubstancia na quantidade de elementos, como tijolos e cacos de telha, enxertados na confecção da alvenaria, que originalmente teria sido em pedra e cal.”¹⁴

Embora sua fabricação original deva remontar “ao início do século XVII, sua última feição se nos apresenta como uma edificação com o frontispício característico do século XVIII”¹⁴, trabalhado em cornijas e altos-relevos,¹³ “identificado precisamente por sua forma barroca, executado em cantaria e do mais alto padrão artístico”¹⁴, que deve, no século XVIII, ter vindo em blocos da Europa, provavelmente de Portugal, para ser montado aqui.

Não se sabe quando cessaram as atividades normais da Capela. Há registro de atos religiosos (casamento, batizado) celebrados cerca de 1860 e referência a uma ou outra inumação por volta da mesma época.

O declínio do prédio pode ter-se iniciado em meados da Segunda metade do século XIX e se estendido até o início do século XX. As primeiras fotografias que temos da Capela são da década de 1920, quando ela se apresenta com aspecto de ruína.

No prédio temos: a capela-mor, a nave e a sacristia (esta quase toda em terra antes da restauração); a sacristia é “cômodo construído posteriormente à fábrica da Capela, por encobrir ou destruir elementos de acabamento da mesma”¹⁴.

Na capela-mor, há um nicho, na parede posterior do prédio, uma seteira na parede da direita, e a porta que dá para a sacristia na parede da esquerda. A nave possui: dois nichos na parede que a separa da capela-mor; duas portas (além da entrada para a capela-mor), uma, a principal, na frente do templo, e outra na parede da direita. Possuía uma pequena pia de pedra em uma das paredes, bem como coro e púlpito, cujas respectivas entradas seriam pela parte exterior do prédio.

A tradição dos mártires de Cunhaú

“Expulsos os flamengos em 1654”, chegaram “a ter esplendor as cerimônias religiosas “oficiadas na Capela, “a que acorriam fiéis num raio de 20 léguas”.”¹¹

Do massacre lá ocorrido, que explodiu “como batismo de sangue na alvorada da Capitania emergente,”¹² ficou a tradição dos “mártires de Cunhaú”, objeto de veneração pelo povo. As almas de Cunhaú atraíam a devoção persistente das gentes do agreste potiguar, que ali iam, em romaria, acendendo velas e rezando de joelhos nas ruínas da Capela¹¹. Por cerca de trezentos anos, as populações vizinhas mantiveram culto às “Almas Santas de Cunhaú”¹. Até meados do presente século, a Igreja de Natal costumava cultuar os mártires de Cunhaú com peregrinações regulares ao lugar.¹³

Em 1945, tricentenário dos massacres de Cunhaú e Uruaçu foi solenemente comemorado por um Congresso Eucarístico da Paróquia de Canguaretama.¹²

O prédio da capela

A Capela deve ter sido erguida em época bem próxima à da doação das terras, ocorrida em 1604. Em 1614, o Engenho estava construído e as

terras cultivadas; a Capela já deveria existir. Em 1638, há referência a Cunhaú como freguesia, devendo a Capela ser então a Igreja Matriz.

As medidas principais do prédio são, aproximadamente, as seguintes:
No exterior: comprimento 18,75m; largura – 7,35m na fachada da frente e 9,15m na fachada posterior; altura – 5,97m (a altura da capela-mor pelo exterior é de 5,40m).

No interior: a) capela-mor: comprimento – 4,90m; largura – 4,90m; b) nave: comprimento – 11,63m; largura – 5,77m.

Pessoas inumadas na Capela

Na Capela eram sepultadas as pessoas da família de Cunhaú, havendo referência expressa à inumação de algumas delas. Entre essas pessoas, citaremos os seguintes parentes próximos de André de Albuquerque Maranhão, Senhor de Cunhaú, morto no movimento de 1817: a) sua genitora, D. Antônia Josepha do Espírito Santo Ribeiro (que faleceu pouco depois de saber da morte trágica de seu filho e dos acontecimentos subseqüentes); b) seus sobrinhos (filhos de sua irmã mais velha, D. Luzia Antônia de Albuquerque Maranhão); José Ignacio de Albuquerque Maranhão (+ meados do século XX), que presidiu por vezes a Câmara de Vila Flor); e André de Albuquerque Maranhão Arco-Verde (+ 26.07.1857), último Senhor da Casa de Cunhaú, que teria sido sepultado na capela-mor; c) sua sobrinha-neta, D. Maria Umbelina de Albuquerque Maranhão (que lá teria sido sepultada junto à porta que dá para a sacristia) em torno de quem se teceu a história da “Ressuscitada da Cunhaú”.

O próprio André, vítima fatal dos acontecimentos de 1817, não foi sepultado na Capela, mas na então Matriz, hoje Catedral, de Natal. Mas

na Capela devem estar inumados quase todos os Senhores de Cunhaú e vários de seus parentes próximos.

Conclusão

A Fundação José Augusto, preocupada “em preservar a memória do Estado”¹⁵ empenhou-se por decisão do seu presidente Valério Alfredo Mesquita, em salvar da destruição e restaurar as venerandas ruínas de Cunhaú, trazendo, à desolação de suas pedras seculares, a vida de um templo renascido. Restabelecida a Capela histórica, para ela voltará a imagem de Nossa Senhora das Candeias, sua excelsa Padroeira, de onde continuará a abençoar o Rio Grande do Norte.



Os padres André de Soveral e Francisco Ferro são mártires de Cunhaú

Um marco na poesia brasileira*

Este texto é dedicado a GTS

Graça Aquino

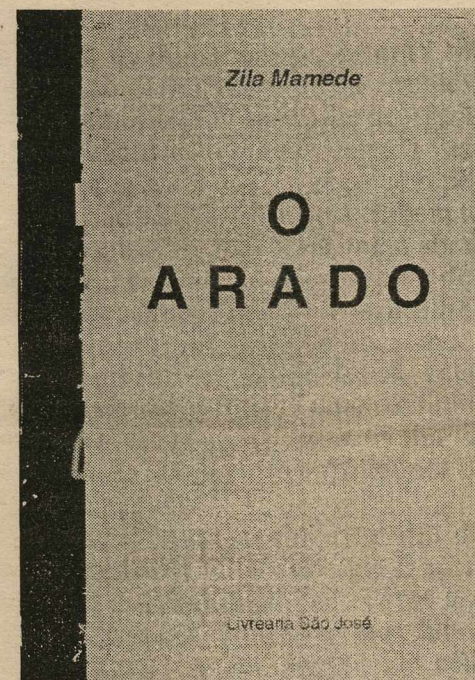
O terceiro livro de poesia, **O Arado**, de Zila Mamede, completou no ano passado 40 anos de publicação.

Percebe-se nos poemas deste, a construção de uma poesia que utiliza uma linguagem própria do sertão, numa evidente oposição a um sentimentalismo lacrimoso e se caracteriza pela objetividade da estetização da realidade do cotidiano sertanejo.

Com poemas construídos a partir de idéias e sentimentos fortes, **O Arado** é, também, um livro cuja estrutura literária revela consistência poética. Dois tempos podem ser destacados nesta estrutura: o do arado-sítio, espaço no qual o sujeito vivenciou sua infância, incorporado ao próprio ser da poeta; e o arado-livro-de-recordações, tempo no qual a construção poética se realiza enquanto texto. Por meio de imagens viris, a autora memoriza o quadro da paisagem sertaneja: “arado”, “enxadas”, “açude”, “pastos”, “roças”, entre outras.

Ao ser indagada pelo jornalista Alvamar Furtado sobre as primeiras emoções, e de como surgiu a matéria-prima de sua poesia, no Programa de TV “Memória Viva” (tal entrevista foi publicada em livro em 1987), Zila respondeu revelando a importância da terra-mãe-fonte-raiz em seu texto:

... Nova Palmeira, a vila fundada pelo meu avô e pelo meu padrinho de batismo... era uma fazenda, uma vila, hoje é mais um município brasileiro, mas não é como município, e sim, como sítio do meu avô que permanece na minha geografia sentimental... Acredito que o que vivi em Nova Palmeira e no sertão do Rio Grande do Norte, en-



Construído a partir de sentimentos fortes, **O Arado** é um livro cuja estrutura literária revela consistência poética

tre o dia em que nasci até aos quatorze anos de idade, foi tão forte, tão profundo e real, que somente quando publiquei **O Arado** é que eu tive aquela dimensão. Tanto é que o primeiro livro, **Rosa de Pedra**, praticamente não tem nada desse momento. É um livro, digamos, de filho pródigo, e representa muito mais o meu sentimento adolescente e de menina que veio morar na cidade, mas não os momentos iniciais, que só vieram surgir praticamente na maturidade, em **O Arado**.

A experiência vivenciada cristalizou-se no corpo e na mente da poeta, de onde ela extrai o produto final de sua poesia. Por meio da escritura do livro, Zila alcança uma imagem re-ordenada dos fatos vividos e de si mesma, como mulher e como poeta.

NOTAS

01. LUÍS DA CÂMARA CASCU DO, “Acta Diurna” – *Pela Capela de Cunhaú*. (“Diário de Natal”, 03.12.1949).
02. HÉLIO GALVÃO, *A Capela de Cunhaú* (“Anais do Museu Histórico Nacional”, v. III, 1942, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, pp. 479-483).
03. D. NIVALDO MONTE, *Ruínas de Cunhaú* (I Seminário de Estudos sobre o Nordeste. Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico), Natal, 1974, p. 5.
04. LUÍS DA CÂMARA CASCU DO, “Acta Diurna” – *Ruínas da Capela de Cunhaú* (“A República”, de Natal, 13.10.1945). (Obs.: Na época dessa Acta Diurna, a tradição vigente era que Jerônimo de Albuquerque era o fundador de Natal, entendimento reformulado mais tarde, inclusive pelo autor, L. C. Cascudo).
05. AUGUSTO TAVARES DE LIRA, *História do Rio Grande do Norte*, Fundação José Augusto, 2ª ed., 1982, p. 32.
06. HÉLIO GALVÃO, *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1979, pp. 84-87.
07. AUGUSTO TAVARES DE LIRA, op. cit., p. 46.
08. PEDRO CALMON, *História do Brasil*, v. II, 2ª

ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, pp. 495-496.

09. LUÍS DA CÂMARA CASCU DO, *História do Rio Grande do Norte*, M.E.C., Serviço de Documentação, pp. 122-123.

10. D. NIVALDO MONTE, op. cit., p. 1.

11. FERNANDO TÁVORA, *Cunhaú – Fortim, Engenho, Capela* (“Revista do IHGRN”, vs. XLVIII-XLIX, 1951-1952, Natal, 1952, pp. 109-112).

12. JOSÉ JÁCOME BARRETO, *Canguaretama Centenária*, Natal, Fundação José Augusto, 1985, pp. 70-72.

13. D. NIVALDO MONTE, op. cit., p. 3.

14. PAULO HEIDER FORTE FEIJÓ, *Memória da Restauração da Capela de Nossa Senhora das Candeias – Capela de Cunhaú*, Natal, 1968. (Inédita).

15. VALÉRIO ALFREDO MESQUITA, *Apresentação ao n.º 16 da série “Documentos Potigüares”*, Natal/Rio de Janeiro, Fundação José Augusto, 1984.

(Ensaio extraído da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte”, vols. LXXVII/LXXVIII, anos 1985-86, Natal, RN).

Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão é sócio correspondente do IHGRN.

A re-ordenação destes fatos, através da experiência memorialística, parece fundamental para a estrutura de **O Arado**.

Referindo-se a essa obra, Moacyr Cirne, no ano de 1979, afirma:

O Arado é um dos nossos poucos grandes livros de poemas dos anos 50: a poesia-síntese, entre o lirismo depurado e a invenção contida, que explode, de surpresa em surpresa, em versos da estatura expressional de "Arado ara picoteira / sega relha amanhamento, / me desata desse amor / ternura torturamento..." O Arado não é apenas um marco da poesia nordestina – com toda a sua carga telúrica de doce ruralidade – em pleno domínio da poesia concreta, e ignorando-a, é um marco da poesia brasileira ao nível do verso...

Há, portanto, nesse livro, um entrecruzamento constante de discursos, onde o dado factual do cotidiano é dialetizado no tempo e no espaço, poetizando o real através da concretização estética, e entremeadando a experiência pessoal com a imaginação, que termina por se tornar matéria poética para a construção do texto.

OS DOIS LADOS DA MOEDA

Em **O Arado**, apesar de o sertão ser mitificado, isso não invalida a possibilidade de seu texto denunciar as carências vivenciadas pelo sertanejo. A poesia resgata o espaço rural mostrando o que neste havia de belo (a vida no campo) e de doloroso (os males provocados pela seca). Um poema que bem explora esse tema é "O prato":

*Na casa escura, o prato campinava
dimensão magra de conviva e pasto.
Se lume de candeia refletia,
naquela toalha, o barro inerte branco*

*uma dor de menino sacudia
as miragens de pão que o habitava.
Liberta de função a branca rosa
desarvorada lua se fazia*

*nas cercas, no curral espantamento
em que o menino reinventava reino
onde aboiavam prados. Infiltrava-se*

na mesa neutra e vã o medo infante:

*os dedos cavalgados por fantasmas
serenamente despedaçam luas.*

Ao eleger o prato – um simples objeto doméstico relacionado à comida –, como tema do soneto, ela já indicia os interesses que a movem. Para que serve o prato, se não há comida a ser servida?

*Na casa escura, o prato campinava
dimensão magra de conviva e pasto*

Aqui, o real e o fictício se misturam e nos confundem e ficamos a perguntar qual o fio tênue que separa a realidade da ficção. Em depoimento a um jornal carioca, "Diário de Notícias" (1966), Zila lembra a difícil vida de menina sertaneja, o que, de certo modo, vem confirmar a sugestão presente em seu poema de que a infância foi também um período de privação:

*...Até os seis anos nossa vida foi
difícilima... recordo a amargura de
nossa vida, mamãe costurando dia
e noite, fazendo bolos e doces para
vender. Eu e meu irmão vendendo-
os nas ruas; papai trabalhando du-
ramente nas construções de estradas
no Serviço de Obras contra as
Secas, recebendo vencimentos diá-
rios que mal lhe permitiam comer,
de modo que não podia mandar
dinheiro para casa...*

Apesar desse depoimento atestar a veracidade do poético discurso mamediano, sabe-se que a experiência da arte é um mergulho num outro universo, onde o artista da palavra



Zila Mamede diz que encontrou a matéria-prima para a poesia de **O Arado** nas recordações que guardava da vila de Nova Palmeira, fundada por seu avô

procura se ausentar do concreto para vivenciar a experiência do imaginário. Na verdade, a natureza enigmática da arte tem como ponto de partida o espaço do imaginário, provocando uma mudança naquilo que poderia se ter como real. Segundo Nelson Rodrigues Filho, na revista "Tempo Brasileiro" (Abril-junho/1986),

*...a lembrança não recupera o
vivido, já que o acontecimento não
se repete, senão reescrito pela re-
cordação. E este implica sempre
fantasia. Nesse particular, o vivido
perde o seu peso do concreto, mas
permanece, na imagem, como experi-
ência.*

Retomando o poema, percebe-se que as *miragens de pão* retratam a falta de comida e o narrador ou o eu-poético, fala da *dor* que *sacudia o menino*. No entanto, ele (o menino) encontra uma saída: a criação. Nas *cercas, no curral, o menino reinventava reino*. Ou seja: o reinventar é a fabulação da criança para fugir das necessidades materiais e sublimar a fome. Os vocábulos e expressões como *miragens, mesa neutra, prato campinava, dimensão magra*, convergem para um mesmo sentido, onde o menino encontra apenas uma saída: criar. *Reinventar reino*.

Os poemas, também de **O Arado**, "A Apanha", "Antecolheita" e "Trigal" se referem à elaboração poética, mas, também, revelam o discurso da mulher sertaneja que viveu experiências no sertão. "O Prato" revela a

fome e a dor, enquanto estes revelam o lado da fartura, principalmente nos versos:

*Ah te saber distante, embora a chuva
amareleça em frutos e a colheita
não tarde...
("Antecolheita")*

*...
Por entre noite e noite, essas veredas
para os trigais maduro me acenando.
("Trigal")*

*...
nervuras duma terra que desperta
alucinadamente a fecundar-se.
Agora é um sol encantamento
("A Apanha")*

Além dos poemas "A Apanha", "Antecolheita" e "trigal", mais dois (também de **O Arado**) revelam o aspecto da abundância da terra. São eles: "Milharais" e "Moenda":

*...
Pela manhã vamos ver as roças
à superfície frutos devolvendo
- folhinhas enroladas, verde calmo
se desfiando ao sol, em sol, de sol.
Quando escorriam outros aguaceiros
os dedinhos do milho iam subindo
em vertical, depois abrindo os braços
e já mais tarde o milharal surgia
os pendões leques leves abanando
o triunfal aceno da chegada.
("Milharais")*

*A rosa primitiva da moenda
está moendo
e o milho novo desabrocha páscoas.
(...)
Há espigas
Cabeleiras brancas de pendões de-
cepados
Nas manhãs de colheita.
("Moenda")*

Em **O Arado**, Zila não trata apenas do aspecto bucólico da natureza, mas, numa postura bem ao estilo João Cabral, estetiza os elementos concretos da realidade, direcionando alguns poemas para questões sociais do sertão, como podemos perceber com a leitura dos trechos citados. Em outros, ela poetiza elementos sertanejos, para, a partir deles, com o uso de imagens inclusive surrealistas, produzir uma poesia bastante metafórica e distante de qualquer postura dita engajada.

* Este texto é parte integrante da tese de Mestrado intitulada: **Zila Mamede: a memória como evocação**.

Graça Aquino é Mestra em Literatura Comparada na UFRN

Pois é a Poesia

Luís Carlos Guimarães

Nei Leandro de Castro

Pois é a poesia apresenta três poemas inéditos de o "Diário Íntimo da Palavra", novo livro de Nei Leandro de Castro, na mesma linha de conteúdo de "O Pastor e a Flauta", "Voz Geral", "Romance da Cidade de Natal", "Feira Livre", "Canto Contra Canto", "Musa de Verão" e "Zona Erógena". Todos impregnados do toque encantatório da linguagem, a revelarem um poeta que, ao desatado lirismo do primeiro livro, impôs comedimento nas instâncias poéticas que se seguiram.

O amor, a solidão, os desencantos e desencontros do viver no mundo que proporcionam ao homem mais perplexidades e dúvidas do que certezas, o minimalismo verde e exuberante de um tabuleiro de quitanda em feira livre, as situações caras ao engajamento político dos anos sessenta, a declaração de bem-querer à cidade natal e a densa sensualidade de

um erotismo de alta voltagem, são os temas que me acorrem à memória.

A poesia de Nei Leandro de Castro, sempre de extrema exigência com a forma, trabalhando um vocabulário pessoal, se tem algum poema datado no universo de temas explorados, isto se explica pela hora de sua escritura, quando o poeta, atento e participante, foi testemunha de um tempo de sombras e ausência de horizontes.

O amadurecimento exemplar, perfectivo de o "Diário Íntimo da Palavra" exprime emoção apaixonada, mas com aquela paixão medida de que nos fala Carlos Drummond de Andrade, em que a poesia se revela em contínua tensão pela escolha da palavra com rigorosa seleção.

Neste livro, mais do que nos anteriores, escrevendo seu diário poético, expressa uma visão da vida e num exercício de partidas empreende uma navegação constante em confronto



"A poesia de Nei é toda impregnada do toque encantatório da linguagem"

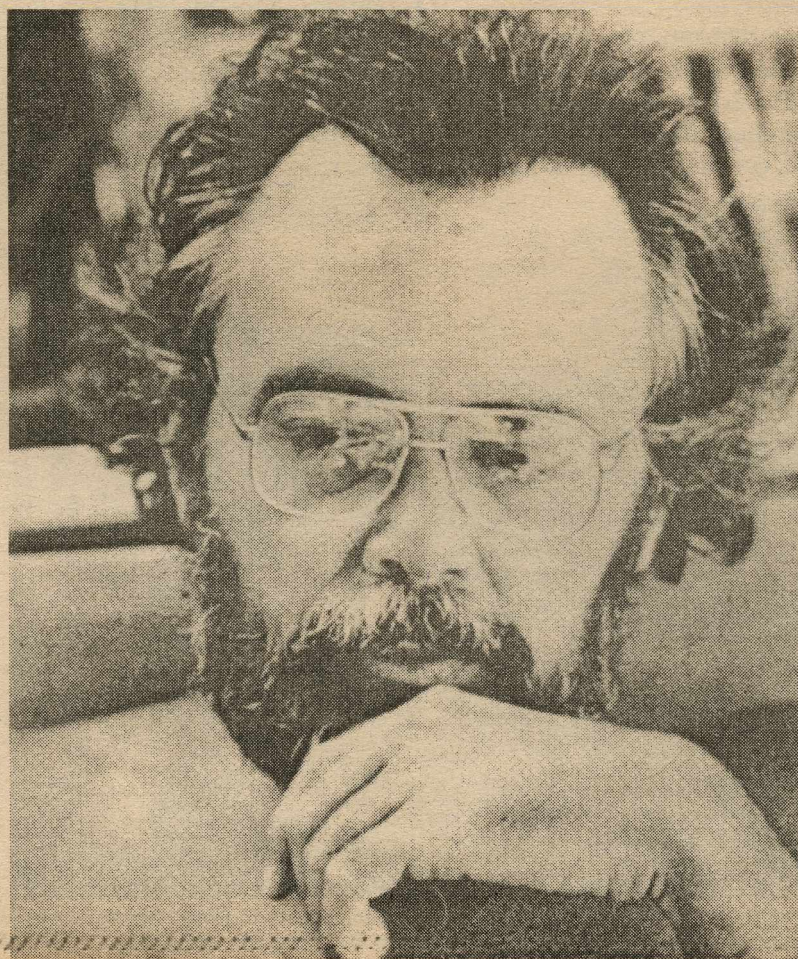
com a linguagem. E temos a palavra sem impurezas, numa contenção que manifesta exatidão, nunca securo. Numa tarefa de ensamblador, denuncia busca, percurso de maturidade, reencontro com as origens.

Elegância, delicadeza e nobreza no

tratamento da palavra: uma redefinição da poesia à qual não falta, em certos poemas, apuro clássico. Até certos vocábulos de possíveis asperezas e arestas a ouvidos pudicos, deslizam no poema com a leveza de novos tons, com a transparência de uma suave aquarela. Esses novos tons e essa transparência fluem num ritmo envolvente na aliciante linguagem que não alteia a voz. Assim como a leitura, pelo olhar, de uma paisagem na superfície calada de uma tela, que causa marcante e duradoura impressão.

Essa diária intimidade com a palavra reprime toda e qualquer exaltação, e fere e dói mais porque seus poemas queimam em fogo brando. E como rio que constrói seu curso silenciosamente, com a sobriedade de sua escrita serena, se avizinha da música de câmara: "a canção/de cristal e lâ/estilhaço de luz/no rosto da manhã."

"O amadurecimento exemplar, perfectivo de o "Diário Íntimo da Palavra" exprime emoção apaixonada, mas com aquela paixão medida de que nos fala Carlos Drummond de Andrade"



Flor/Firenze

Uma cidade que me maltrate de beleza e Renascença que me dante, beatriz-me, ponte vecchia que me convença que a travessia é semi-eterna como a crença.

Águas do Arno, pedras de Carrara que um anjo chamado Miguel seminou com um cinzel (os escravos desse anjo louco vão se libertar da pedra daqui a pouco).

Uma cidade que me aponte: Masaccio - e a emoção invade as artérias do meu coração como uma suave doença.

Florença.

Devoradora dos aflitos

De repente surge da aurora
uma mulher de grandes seios com sardas
e um peixe de prata em cada mão.
Aproxima-se, abre a boca, me devora
e a última visão que guardo
são os seus dentes no meu coração.

O menos cruel dos meses

Em novembro doces fantasmas me habitam.
Arrastam móveis forrados de plumas,
perseguem-se em alvoroço
mexem seus dedos longos e transparentes
pelos escaninhos da minha memória ancestral.
Não há como resistir às investidas
de terror e ternura dos fantasmas
que estão voltando sempre ao mesmo lugar
como pássaros migratórios.
Os desgarrados do bando, os desviados da rota
começam a surgir em outubro e vão ficando
em princípio encabulados, como a adolescente
que menstruou no baile de formatura.
Hibernam até novembro e então começam
a fustigar com ternura a minha alma.

Fagundes de Menezes, contista e poeta do mar

Manoel Onofre Jr.

Escritor multifacetado, Fagundes de Menezes distinguiu-se, principalmente, como contista. Dos melhores que o Rio Grande do Norte doou ao Brasil.

Havendo deixado a província ainda muito moço, em busca de novos horizontes, não cortou o cordão umbilical... A terra potiguar está presente em sua obra; dois dos seus livros foram editados em Natal; e ele próprio, vivente do Rio durante longos anos, prestigiou com sua presença a vida literária do Rio Grande do Norte.

O seu primeiro trabalho, um ensaio – “Nietzsche e a Mística do Super Homem” – data de 1942 (Caderno Acadêmico, Rio). Muitos anos depois, publicou o livro com que se firmaria no cenário nacional das letras – “O Vale dos Cataventos”, contos (Rio, 1960), a respeito do qual disse o crítico Virginius da Gama e Melo, um dos primeiros a saudá-lo: “A temática dos seus contos, em sua maioria, junta à nossa literatura os seus melhores contos do mar”.

Com as obras subseqüentes – tanto as de ficção (“Os Enteados de Deus” – Rio, 1969 e “Cárcere das Águas – Rio, 1983) quanto as de poesia (“O Vagonauta” – Rio, 1969; “Aurora Trucidada” – Natal, 1985 e “Memória do Longo Caminhar” – Natal, 1990) – Fagundes de Menezes tornou-se um escritor do mar. Somente no penúltimo livro, ele se afastou um tanto do tema, quando lavrou, em versos candentes, um verdadeiro libelo contra a ditadura militar que se abateu sobre o país em 1964.

Grande admirador de Graciliano Ramos, de José Lins do Rego e Jorge Amado, o autor tem afinidades com estes romancistas: a preocupação com o social, o sentimento telúrico, etc. Não se pense, porém, que seja um epígono do Regionalismo Nordeste. Ele é, isto sim, um dos herdeiros do movimento.

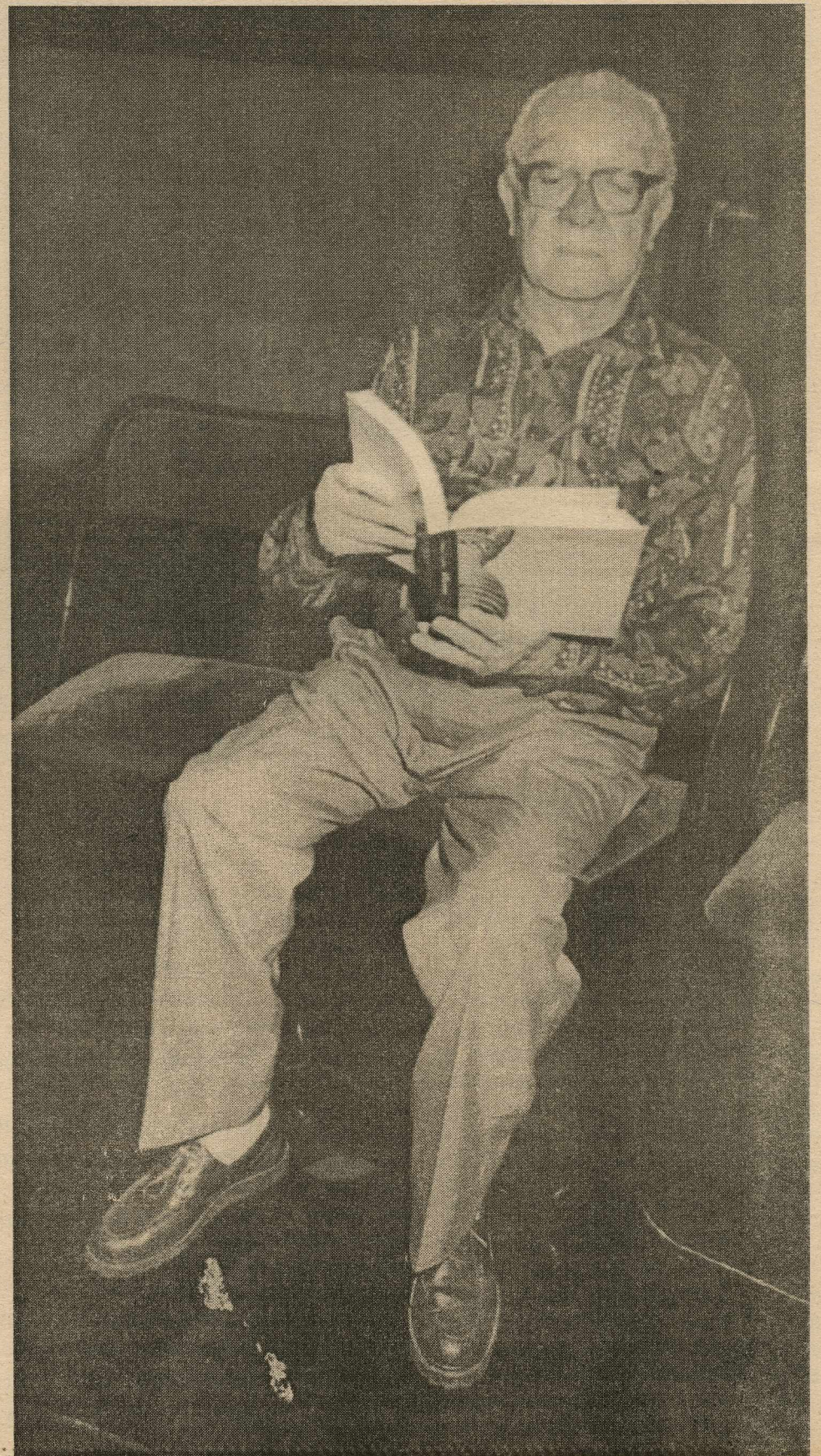
Da sua bibliografia constam, além dos livros citados, os seguintes: “Território Livre”, crônicas e reportagens (Rio, 1975), “A Dissipação da Aurora”, crônicas (Rio, 1984). “As Árvores Cantantes”, literatura infanto-juvenil (1987) e “Jornalismo e Literatura” (Rio, 1997)

JORNALISTA PROFISSIONAL

Iniciou-se no jornalismo quando ginasião, no jornal natalense “O Debate”, dirigido pelo jornalista Antônio Alves. Ainda na capital do Rio Grande do Norte, foi colaborador de “A República” e do “Diário de Natal”. Passando a residir no Recife, dirigiu o “Correio do Povo” e colaborou em outros jornais recifenses: “Diário da Manhã”, “Diário de Pernambuco” e “Jornal do Comércio”.

Fixado no Rio de Janeiro (1950), aí exerceu, com ainda maior brilhantismo, a sua profissão de jornalista. Foi secretário de redação do “Diário de Notícias” e do “Jornal do Brasil”; repórter e cronista parlamentar da “Folha de São Paulo” (quando o Congresso Nacional ainda funcionava no Rio, então capital do país); redator e repórter especial de “Última Hora” e chefe da redação da edição fluminense deste jornal; redator de “O Globo”; secretário de redação e chefe da seção de cinema da Agência Nacional e diretor da Rádio Nacional, no Governo João Goulart. Colaborou nos seguintes órgãos da imprensa carioca: “Correio da Manhã”, “Jornal do Comércio”, “O Cruzeiro”, “Manchete” e “Revista do Livro” (esta, do Instituto Nacional do Livro).

Mesmo depois de aposentado, Fagundes de Menezes continuou a atuar como jornalista, na condição de colaborador. Parte de sua produção jornalística encontra-se no livro “Território Livre”.



SÍNTESE BIOGRÁFICA

Filho de José Felipe de Menezes Sobrinho e Maria da Conceição Fagundes de Menezes, nasceu João Fagundes de Menezes na cidade de Macau, RN, a 28 de janeiro de 1922.

Na terra das salinas viveu a sua infância, havendo cursado o Primário no Grupo Escolar local. Como não havia ali estabelecimento de ensino médio, ele foi continuar os estudos no Recife. Fez os cursos ginásial e pré-jurídico no Colégio Oswaldo Cruz, da capital pernambucana. Já então descobrira a Literatura, através da leitura de obras tais como o "Tesouro da Juventude", de Monteiro Lobato; "O Gênio do Cristianismo", de Chateaubriand; os livros de Júlio Verne e Álvares de Azevedo.

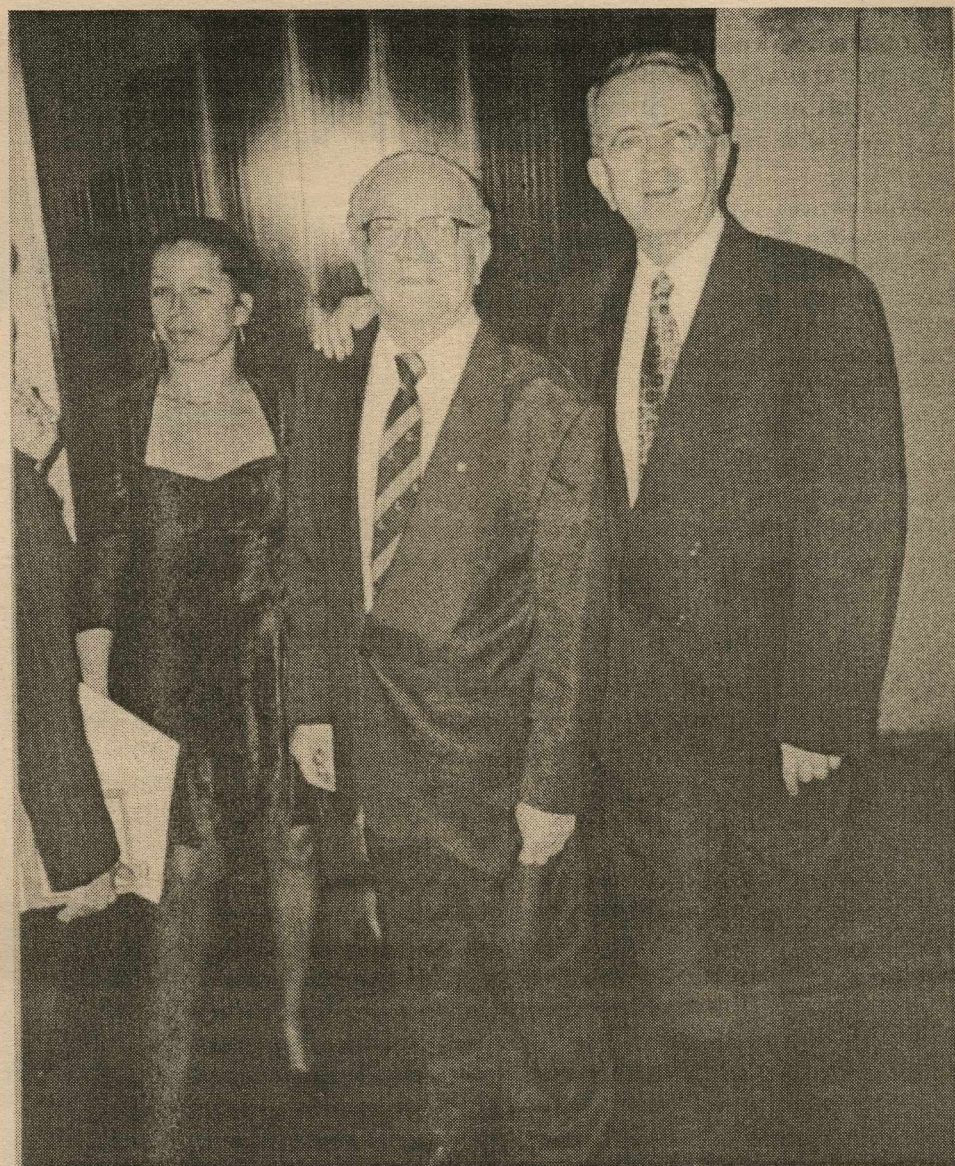
Recife ficou sendo a sua segunda cidade. Foi lá que começou a luta pela vida, ensinando em colégios, exercendo o jornalismo e a advocacia (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro), turma de 1946. E no Recife casou-se, a 1.º de dezembro de 1947.

Desde 1950 até o fim dos seus dias, em 8 de fevereiro de 2000, Fagundes de Menezes morou no Rio. Era Procurador Jurídico aposentado.

Pertenceu a inúmeras instituições culturais, dentre estas a Academia Norte-rio-grandense de Letras e a União Brasileira de Escritores (Presidente, várias vezes reeleito).



Sempre cercado de amigos, Fagundes de Menezes posa entre a poetisa Alice goiana Spíndola e o escritor norte-rio-grandense Enélio Petrovich



Entre os muitos amigos de Fagundes de Menezes, o potiguar/goiano Getúlio Araújo sempre levou seu abraço de admirador e amigo ao bardo norte-rio-grandense

POEMAS DE FAGUNDES DE MENEZES

A voragem do tempo
Não me atinge

A voragem do tempo não me atinge
Quando estás ao meu lado.
Vivo sob a unção
de tua presença luminosa,
que é uma doação
de pureza e graça plenas.
És suave até
quando queres ser rude.
Constantemente de ti
se irradiam
ondas de ternura
que são um escudo a proteger-me
da poluição do desamor.

Louvação

Louvados sejam
os seres que te deram a vida.
Louvada seja
a primeira paisagem
que teus olhos descobriram.
Louvada seja
a primeira luz que te banhou o corpo.
Louvado seja
o berço em que dormiste
o primeiro sono de criança.
Louvado seja
o peito que te amamentou
nos teus dias primeiros.
Louvadas sejam
as primeiras gotas de leite que sorveste.
E louvados sejam
meus olhos e meu coração
que inundam de ternura
tua maturidade.

Tu II

És vôo de garça
cortando o azul do céu
em manhãs tropicais,
és onda do Atlântico
debruando de espumas
a orla do mar,
és sinfonia de Beethoven
integrando-se no crepúsculo vespertino,
suave canção acalentando
crianças órfãs enfermas,
és perpassar de brisa
acariciando as marcas do tempo no meu rosto.

Poemas extraídos de *Cânticos do Amor Inesperado*

Fagundes, um mestre em jornalismo

Tobias Pinheiro

Em solenidade de posse, na Academia Carioca de Letras, lá se vão oito anos, lembrei o início do trabalho na imprensa carioca, sem nenhuma qualificação: "A profissão de jornalista não exigiu títulos nem currículo, porque os professores eram os companheiros de trabalho". Um desses companheiros, no *Diário de Notícias*, em 1954, era João Fagundes de Menezes. Faleceu contando 82 janeiros, a 8 de fevereiro deste ano dos zeros.

Ele foi um daqueles mestres. Ainda lembro suas recomendações: O repórter de limitar-se a responder as perguntas *quem, o que, quando, onde e como*. As palavras *aliás e pois* não devem ser usadas, porque são desnecessárias. Não esqueça o disse Voltaire: o maior inimigo do substantivo é o adjetivo, mas para exibir-se na frase combina com o substantivo em gênero, número e grau. Muitas outras lições foram úteis.

Uma delas consistia em não opinar, porque essa missão cabe aos editorialistas. Em 1996, em conversa por telefone, ele me pede um currículo. Era presente da União Brasileira de Escritores, fundada por Peregrino Júnior, que mantinha associados no Brasil inteiro e em outros países. Respondi-lhe que, depois dos 70 anos, não faria currículo nem para entrar no céu. Mesmo assim, ele me inscreveu como sócio. Fiquei feliz.

A União Brasileira de Escritores havia se tornado a menina de seus olhos. Reelegeu-se há três meses e levou para a vice-presidência os escritores Geraldo de Menezes, Reynaldo Valinho Alvarez e Clair de Matos. Stella Leonardos é, há 41 anos, a eficiente secretária geral. É hora de ser criada a Medalha Fagundes de Menezes, para que se mantenha bem viva e lembrada sua memória de defensor dos escritores brasileiros.

Em 1997, concedi-me o título de Personalidade Cultural; no ano passado, distingui-me com as medalhas Gonçalves Dias e João Lisboa, ilustres maranhenses do século passado. E mais: em 27 de agosto, deu-me o título de Sócio Honorário da UBE, em solenidade na Academia Brasileira de Letras, presentes vários titulares da ABL, inclusive o presidente

Arnaldo Niskier, que recebeu o título de Sócio Benemérito.

Naquele dia, ambos convalescentes, apertei-lhe a mão pela última vez. Senti a espontaneidade do sorriso, ainda fulgurante na saudade que deixou. Fiz referências a ele em recente correspondência a Romón Urdaneta, presidente da Federación Latinoamericana de Sociedades de Escritores, com sede em Caracas, Venezuela, de que a UBE é filiada. O nosso antigo companheiro fazia parte do Conselho Consultivo da entidade.

Como escritor e poeta, ele publicou *O vagonauta*, *Aurora Trucidada*, *Memória do Longo Caminho e Cânticos de Amor Inspirado*, de poesia; *O Vale dos cataventos*, *Os Enteados de Deus e Cárcere das Águas*, de contos; *Território Livre* e *A Dissipação da Aurora*, crônicas. Deixou um livro de ensaios, *Jornalismo e Literatura*. Sobre ele falaremos mais adiante. Segundo Vanda Santana, é um verdadeiro roteiro para os universitários.

Ela acrescenta que a escrita fagundiana chega se fazer universal, longe de limitações. Entretanto, manifesta-se aqui um dividir de águas, direção intencional de escrita criteriosa, sem formalidades, que emerge, atendendo à atualidade, no caminho da realidade de futuros profissionais jornalistas e comunicadores, sedentos de tais informações. Escrever ou falar de um escritor de tamanha envergadura, significa dizer – Leiam-no.

E não é para menos. Trabalha no *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Última Hora*, *O Cruzeiro e Manchete*, além de dirigir a Rádio Nacional. Secretaria a Campanha Nacional do Livro e colabora nos suplementos literários do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Commercio*, do *Diário de Pernambuco*, *Diário da Manhã* e *Jornal do Commercio* do Recife. Fez-se redator do *Diário de Natal* e da *República*, no *Rio Grande do Norte*.

O Poeta nasceu em Macau (RN) e veio muito jovem para o Rio. Sempre será lembrado pelas lições e mensagens que nos legou. Vejamos a estrofe inicial de *Transformação*: "Regresso, triste, à hora do crepúsculo/ vencido, enfim, o dia turbulento./ Pesa-me o corpo, dói-me cada músculo/ olhos fixos no chão, o passo lento". Dele falou, com autoridade, Stella Leonardos, pondo em destaque o Poeta neo-romântico:

"A leitura de seus poemas é o êxtase de um canto múltiplo, um vero cântico dos cânticos, amoroso cantar passível de ser traduzido em qualquer língua, de se compreender em qualquer língua onde se ame". Adiante, ressalta: "E os caminhos desse mundo poesia, sente-se, ficam semeados de amor. Ouves, Cecília? As palavras estão aí, uma por uma: porém a alma dele sabe mais". Conclui que, além da palavra, há a visão que a transfigura.

Vê-se em Fagundes de Menezes o homem iluminado e retraído, que pensa de forma abrangente, com a felicidade interior, cujas partículas deixou

na lembrança de todos nós. É autêntico quando confessa em *Madrigal III*: "perdoa-me,/ se invadi teu coração/ como um bárbaro./ Eu estava sem ar/ sem luz,/ e precisava viver". E foi a insuficiência cardíaca que levou o Poeta para a Eternidade. Disse Fernando Pessoa: "A morte é a curva da estrada".

Era autêntico. Tinha asco daquelas figuras nocivas que por aí andam, como as aves noturnas, com a missão de destruir valores autênticos, denegrir a vida de lutadores, dominados pela inveja doentia e incapazes de um gesto ou de uma ação meritória. Deles Fagundes se afastava. Era inútil a camaradagem com néscios. Por isto havia uma legião de amigos e admiradores a seu lado. Nunca tentou canonizar ninguém, porque essa iniciativa pertence ao Papa.

Jornalista, poeta, cronista e contador de histórias, revelou-se como ensaísta em *Jornalismo e Literatura*. Este livro se divide em quatro capítulos: I – Jornalismo e Literatura: fronteiras; II – Jornalismo: Nova Linguagem e Nova Técnica; III – Sentido Ético, Estético e Social do Jornalismo; e IV – Jornalismo, Literatura e Liberdade. Lembra que os evangelistas foram repórteres do maior episódio da História da Humanidade.

Chega mais longe afirmando que "vamos encontrar ainda, na Babilônia, vários séculos antes de Cristo, os historiôgrafos, encarregados de escrever diariamente os acontecimentos públicos". Lembra ter sido Homero o primeiro repórter que a história da humanidade registra, ao narrar, na *Iliada*, os combates entre gregos e troianos, durante o cerco de Tróia, quando Aquiles matou Heitor. Vai à China, à Babilônia, à Roma antiga. Chega ao Brasil.

Formado pela antiga Faculdade Nacional de Direito, hoje integrando a UFRH, um dia voltou às origens com títulos e documentos. Deu assistência a um irmão político e aposentou-se como procurador da Prefeitura do Recife. Viu de perto a miséria lambendo o chão do Nordeste. A saudade do Leblon, dos amigos e parentes, o trouxe de volta como um cordeirinho. Foi cuidar de seus livros com noites de autógrafos muito concorridas.



A poetisa Stella Leonardos, amiga e auxiliar de Fagundes de Menezes na administração e programação de eventos culturais da UBE/Rio

Um pesquisador, alerta “contra o emprego inadequado das expressões “imprensa falada” e “imprensa televisada”, quando há referências a jornais falados do rádio e da televisão. Talvez possamos dizer: jornalismo escrito, jornalismo falado, jornalismo oral-visual. E diz: “quando falamos em imprensa, é claro que nos referimos aos jornais e revistas, desde os jornais diários aos hoje qualificados genericamente de “imprensa nanica”.

Em estudo sobre a evolução da imprensa no Brasil, admite que, embora lento, o processo evolutivo de jornais e revistas não sofreu qualquer interrupção, malgrado as restrições impostas pela censura no decorrer de vários períodos. Entre nós, durante o Estado Novo, de 1937 a 1945, e na ditadura militar, de 1964 a 1985, quando a censura se fez sentir de modo violento e irracional, ainda neste raio de milênio tentam cercar a liberdade.

Jornais e revistas se modificam em ordem técnica e conteúdo. Lembra Fagundes que isso nos faz reconhecer a existência do jornalismo como gênero literário. Muitos subestimam os jornais e os jornalistas, obedientes a uma orientação menos estética do que esteticista. Cita André Gide: “Chamo jornalismo tudo o que interessará menos amanhã do que hoje”. Jornalismo, ressalta – é técnica e arte. É ética e liberdade, sem censura, acrescenta-se.

No São João Batista, para onde foi levado ao descanso final, falaram Geraldo de Menezes, pela Sociedade Eça de Queiroz, Edir Meireles, pelo Sindicato de Escritores; Heloísa Maranhão, pelo Rio Grande do Norte; Reynaldo Valinho Alvarez, pelo Pen Clube; Stella Leonardos, pela União Brasileira de Escritores, que lhe levou uma ramada de flores roxas. Até a canção de sua autoria, para as serenatas de Conservatória, foi cantada.

Este é Fagundes de Menezes, presidente da União Brasileira de Escritores, vice-presidente do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro e do Centro Norte-rio-grandense nesta Cidade Maravilhosa, que lhe abriu as portas para o trabalho e para a eternidade. Deixou, com suas lições de vida e seus ensinamentos úteis, uma legião de amigos e discípulos espalhados pelo nosso Brasil. sou um deles.

Tobias Pinheiro é membro da Academia Carioca de Letras, do Sindicato dos Escritores e da UBE do Rio de Janeiro. Escreveu, entre outros, *Vinho Amargo*, *Menino do Bandolim*, *Os Outros*.



Flagrante da solenidade especial de entrega de premiações patrocinada pela União Brasileira de Escritores/Rio, em 1999, órgão presidido pelo poeta norte-rio-grandense Fagundes de Menezes durante muitos anos

Fagundes, o bardo do mar

Getúlio Araújo

Hoje à tarde, a poetisa Alice Spíndola entrou como de costume nas antenas do meu celular digital, respirou profundamente e disse: “fique calmo. Morreu João Fagundes de Menezes, o bardo do mar”.

Sob o olhar assustado da artista plástica Heloísa Helena Lobo, levei bruscamente a mão esquerda ao meu *cordis bovis* e fiquei taquicárdico, pela profunda saudade do velho escriba potiguar. O telefone emudeceu. Não havia dúvida. Fagundes de Menezes acabava de deixar nosso convívio, na alvorada do terceiro milênio, na cidade do Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 2000.

Ao evocá-lo neste canto de página, relembro a solenidade de 27 de agosto de 1999, no Petit Trianon da Academia Brasileira de Letras, onde recebi das mãos do renomado professor de jornalismo e capitaneado pela competente secretária-geral da UBE, Stella Leonardos, a Medalha Luís da Câmara Cascudo.

Está aqui uma das figuras luminares das letras e do jornalismo brasileiro. Potiguar da gema, da melhor estirpe nordestina, carismático, fidalgo, culto, amigo e admirador dos goianos: Antônio Almeida, Alice Spíndola, Augusta Faro, Bariani Ortêncio, Gilberto Mendonça Teles, José Asmar, José Mendonça Teles e Miguel Jorge.

O iluminado poeta nasceu na pequena cidade de Macau, região das salinas no Rio Grande do Norte, em 1918, deixou a província no começo

dos anos 50, transferiu-se do Recife para o Rio de Janeiro, na época capital da República, à procura de vãos promissores.

Ostentava um curriculum vitae de fazer inveja aos grandes próceres das letras. No Rio Grande do Norte colaborou em “A República” e “Diário de Natal”; no Recife, foi diretor do “Correio do Povo”, e colaborou no “Diário da Manhã”, “Diário de Pernambuco” e “Jornal do Comércio”.

Na cidade dos Tamoios, trabalhou como repórter e foi secretário de redação do “Diário de Notícias” e do “Jornal do Brasil”, repórter e cronista parlamentar da “Folha de São Paulo”; redator e repórter especial da “Última Hora”; redator de “O Globo”; secretário de redação e chefe da seção de cinema da Agência Nacional; diretor da Rádio Nacional. Colaborou ainda no “Correio da Manhã”, “Jornal do Commercio”, “O Cruzeiro”, “Revista do Livro” e “Revista Manchete”, em parceria com Lêdo Ivo, Josué Montello e Murilo Melo Filho.

O homem simples, estilo franciscano, bem-humorado, poeta de escol, foi membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, membro efetivo do Pen Clube do Brasil e presidente da União Brasileira de Escritores, Rio de Janeiro.

Recebeu as seguintes condecorações: Medalha Alberto Maranhão, Rio Grande do Norte; Medalha Tiradentes, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; Medalha Bolívar, da Associação de Escritores da Venezuela; Troféu da Associação dos

Poetas Profissionais do Rio de Janeiro.

É em vida que os escritores têm de ser reconhecidos. O escritor potiguar publicou seu primeiro livro, *Os Enteados de Deus*, em 1969, pela Livraria e Editora Gol-Rio; seguiram-se *O Vagonauta* (Livraria e Editora Gol - Rio de Janeiro, 1969); *Território Livre*, crônicas e reportagens (Editora Presença, Rio de Janeiro, 1975); *A Dissolução da Aurora* (Editora Clima, Natal-RN, 1985); *Aurora Trucidada* (editora Arco-da-velha, Rio de Janeiro, 1990); *Memória do Longo Caminhar*, (Editora Clima, Natal-RN, 1990); *Jornalismo e Literatura* – ensaio (Razão Cultural Editora, Rio de Janeiro, 1998); *Cântico do Amor Inesperado* – poesia (Razão Cultural Editora, Rio de Janeiro, 1998); os romances *Alagamar* e *A Capital do Paraíso*.

Paixão pelo Mar:

É muito difícil falar do mestre Fagundes de Menezes sem estudar a sua vertente poética, mítica e atávica pelo mar. Tinha uma verdadeira paixão pelas praias da cidade do Natal: Ponta Negra, Jenipabu, Cotovelo, Redinha, Areia Preta, Praia do Forte e Pirangi.

Fagundes de Menezes, timoneiro da poesia universal, bardo das águas prateadas do Potengi, atalaia do jornalismo, o seu nome já está no Pantheon da cultura brasileira.

Goiânia, 8 de fevereiro de 2000

Getúlio Araújo é médico e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Organizou e editou o livro *Presença de Câmara Cascudo em Goiás*.

Regionalismo literário?

Francisco J. C. Dantas

Advertência inicial. Começo dizendo que não aceito sem reservas a expressão *literatura regionalista*. Nos meus 30 anos de magistério, me habituei a ouvir o termo *regionalismo* usado com tal imprecisão, que todas as vezes que topo com ele, só para não me aborrecer, fecho os olhos e lhe empresto um sentido cristalizado. Entendo que a expressão *literatura regionalista* serve apenas para balizar a localização geográfica: literatura de ambientação em cidade pequena, ou afastada das metrópoles, ou em zona rural. E esse sentido, umas vezes apenas constatatório, como uso aqui; outras vezes mosqueado de rajadas pejorativas, tem largo uso.

1. Conceito. Não há nem jamais houve um consenso sobre o conceito de *regionalismo* em literatura. No capítulo das teorias, isso sempre foi um nó mal resolvido. O materialismo dialético, por exemplo, jamais o abrigou. É um conceito polêmico, mal circunscrito, desencontrado. E tornou-se anacrônico, fora de moda.

É evidente que esta minha comunicação não pode abranger todas as questões pertinentes ao *regionalismo*. Destaco, pois, para início de discussão, um problema capital: os traços regionalistas devem ser procurados no espírito da obra, como quer Sérgio Buarque ao comentar o nacionalismo, ou na ambientação epidérmica? Parece uma indagação banal, mas a sua resposta fere, insofismavelmente, o cerne do problema. Na verdade, quase todos os entendidos no assunto elegem e professam, e não sem a ênfase necessária, a primeira opção. Isto é, o *regionalismo* demanda do *espírito* da obra.

Compreendemos, senhores! E como! É de bom-tom. A palavra *espírito* cheira a profundidade! Carrega uma mística de refinada iniciação, é paradigma de sabedoria entranhada. E se opõe ao epidérmico, ao superficial, à rasura das páginas impressas onde nossos olhos leigos vejam à flor das palavras. Em termos internos, corresponde ao famigerado *instinto de nacionalidade* que deu título ao pequeno ensaio de Machado de Assis e viria a render muito papel, inclusive um livro do sr. Afrânio Coutinho. É de propósito que escolho *famigerado* e não *evanescente* ou outro eufemismo qualquer – e engasto a pergunta: quando esse tal espírito de brasilidade, que temos procurado desde Caminha, desde o primeiro nativismo, mostrou a sua face? Em que momento apurou-se e deixou-se aprisionar numa cristalização objetiva e convincente? Ou se tratou apenas, como observa Candido sobre o nacionalismo, de *uma espécie de imã atraindo limalhas de todos os lados?*¹

Essas ideologias, geralmente estribadas em atributos psicológicos, e que vieram mudando de matiz conforme a abordagem de cada geração, já mereceram este comentário conclusivo: *Constituíam ou não formas complexas para traduzir a reação primitiva ao etnocentrismo, é certo que não resistem a uma análise objetiva mais rigorosa, e parecem revelar formas explícitas ou disfarçadas de preconceito contra estrangeiros, bem como a exaltação da própria cultura.*²

Agora, então, na atual encruzilhada em que nos encontramos, sem escolha diante dos tentáculos da comunicação de massa e dos bens culturais que nos são impingidos de fora no frenesi da



“...se compreende que, de Minas Gerais, Guimarães Rosa, que surgiu em 1946 com *Sagarana*, de ambientação rural, seja chamado de regionalista”

globalização, e de que nos tornamos vorazes consumidores, eu me indago: em que deu essa procura afanosa no decurso desses cinco séculos de investigação? Os traços de brasilidade, ou de identidade regional, enfim se apuraram numa construção sólida onde possamos nos enxergar? Ou simplesmente se diluíram, viraram pó de traque?

É de bom-tom, repito, essa badalação sobre o *espírito* regional. Mas, desentranhar os traços embutidos no *espírito* de qualquer obras, convenhamos, é empreitada difícil e árida, a qualquer

um de nós. Não é tarefa que se manje de oitiva. Antes, pelo contrário, pressupõe dedicação, paciência, empatia. Meter-se a desencovar essa entidade impalpável, inaparente, resvaladiça, que é o *espírito* da obra, repito outra vez, é sempre uma aposta temerária e dispendiosa, mesmo para os especialistas. Daí por que alguns entendidos dessa matéria, embora teorizem em nome do espírito da obra, terminam mesmo, na hora da prática, é se valendo de sua contraface, isto é, da ambientação geográfica e social, daquele traço que a obra possui de mais ostensivo e superficial, e que por isso mesmo não a distingue enquanto *literária* – mas que é de facilíma apreensão enquanto traço regional.

Trocando em miúdos, na hora de se relacionarem obras *regionalistas*, elas são sempre selecionadas e escolhidas levando-se em conta apenas o que ostentam de mais superficial: a ambientação rural ou provinciana. Por isso mesmo, quase não se fala em poesia *regionalista*, visto que não é da natureza do poema se demorar em indicações de traços geográficos. Esse é o critério que prevalece. É o mais difícil. Desse modo, no âmbito do *regionalismo*, o espírito é uma coisa “meio” poética, como se diz em minha terra. Como *espírito* que se respeita, jamais se encarna. Existe para ser filosofado, teologizado, mas jamais apalrado.

Não é em vão que Costa Lima reconhece: *o regionalismo não é o pólo oposto do universalismo; sua conceituação tem um sentido antes geográfico do que estético.* E é justamente por sentir a falta de aporte teórico para uma definição mais satisfatória e cabal, que esse ilustre ensaísta se pergunta o que vem a ser o *regionalismo* numa dimensão estética. E responde: *Ele não implica uma cosmovisão específica, nem tampouco um modelo estilístico. Como se caracteriza então? A única resposta plausível parece a seguinte: uma obra é regionalista enquanto a realidade literária, se inspire e se ampare em um plano físico e social determinados, que aparece como a sua contraface.*³

Nada mais claro e objetivo. Mas esse critério, como reconhece o próprio ensaísta, é insuficiente e elementar. Obviamente, ele distingue a literatura da *metrópole* da literatura da *província*. Serve também para diferenciar a obra ancorada num contexto histórico explícito, daquela outra obra que, sem se vincular a um ambiente definido, descamba para o insólito, privilegia a transfiguração da realidade. E essa regra funciona. É por ela que os goianos Bernardo Elis e Carmo Bernardes são chamados de *regionalistas*, enquanto o coestadano José J. Veiga não o é. Do mesmo modo se compreende que, de Minas Gerais, Guimarães Rosa, que surgiu em 1946 com *Sagarana*, de ambientação rural, seja chamado de regionalista, enquanto seu coestadano Murilo Rubião, que estreou com o *O ex-mágico*,

no ano seguinte, não o é. E o critério vale também para distinguir o *regionalismo* na produção literária do mesmo escritor. Por aí o nosso Jorge Amado é *regionalista* em **Gabriela, Cravo e Canela** porque este é ambientado em Ilhéus; não o é em **Dona Flor e seus dois maridos**, visto que se passa em Salvador e escapa às regras da verossimilhança externa.

Vemos que a esse nível elementar a regra funciona. Mas só até aí. No que concerne à avaliação da obra numa dimensão estética, porém, que é imprescindível importância para a identidade da literatura, a mesma regra não tem nenhuma operacionalidade, isto é, não dimensiona o grau de qualidade da obra, nem identifica ou diferencia a obra *regionalista* em relação a quaisquer outras obras *urbanas* que também privilegiam o documento, a observação e a verossimilhança externa como recurso para produzir o convencimento, aquilo que Barthes chama de *efeito do real*. Então, no patamar estético nada funcional, tudo volta a *tabula rasa*, ao ponto zero. Explico: o fato de tal critério tachar **Sagarana** de *regionalista* e **O ex-mágico** de não *regionalista*, por exemplo, não dimensiona a qualidade ou o valor literário dessas obras. Muito embora, quando bem se entende, o termo *regionalismo* sirva para descartar a qualidade de algumas obras.

Se a crítica se conforma apenas com o nível explícito e informativo da obra – informativo não em termos de expressividade, mas de comunicação – então tudo bem. Que assim seja. Mas que os entendidos assumam as suas limitações, que não apregoem o contrário.

Se hoje em dia a situação geral é essa, se preferimos engatinhar na rasura teórica em que, do discurso literário, podemos assimilar somente o seu componente físico, enxergado a olho nu, e acrescido apenas do sentido nacional apanhado ao pé da letra; se além do nível aparente nada é legível no âmbito das relações que armam e estrutura a obra; se, por falta de aparato teórico, competência – ou de paciência, presumo eu – não conseguimos penetrar no recesso do texto, naquele espaço inaparente que a literatura tem de específico, então... meus senhores... seria de esperar, seria mais honesto mesmo, que nós, e principalmente os tratadistas dessa matéria, reconhecêssemos as nossas limitações e ficássemos por aí mesmo. Mas não é o que ocorre. Preferimos persistir nos enganando. Não damos o braço a torcer. Ninguém se reconhece piaba que nada na rasura. Somos todos tubarões de águas profundas. É muito mais fácil sofismar! É muito mais elegante manter o paradoxo.

Pois bem, esse olhar impreciso e equivocado sobre as obras regionais, somado a outras razões, que não as literárias, tem contribuído para que a literatura *regionalista* seja recoberta por uma pátina pejorativa que cada vez mais se sedimenta, e se quer legitimada. Quais os motivos? É o que, em rápidas pinceladas, pretendo examinar. Começemos por argüir se a história poderá nos fornecer alguma pista.

2. Emergência e razões do Regionalismo.

Princípio com outra citação de Costa Lima, por

que ela se congrui com as suas declarações anteriores. *O regionalismo foi uma corrente que se derivou do romance realista do século XIX e cuja diferenciação provinha de que as criações estivessem fortemente ligadas à presença de uma unidade regional, fornecedora da matéria, das intrigas, e das reações comuns dos personagens.*⁴

A. Cândido, que já dissera mais do que isso há anos, esclarece ainda que, sendo produto típico dos países subdesenvolvidos, o *regionalismo*, nos países ricos, é fortuito e eventual, e às vezes não passa de um simples pano de fundo onde se desenrolam os mesmos problemas concernentes às cidades, enquanto na *América Latina ele foi e ainda é forte estimulante na literatura*. E explica a sua gênese como uma imposição inconsciente de que o escritor não pode se arrear: *as áreas de subdesenvolvimento e os problemas do subdesenvolvimento (ou atraso) invadem o campo da consciência e da sensibilidade do escritor, propondo sugestões, erigindo-se em assunto que é impossível*

“A rigor, ninguém deveria se eleger a árbitro de uma obra regionalista, se está mal informado, se desconhece a realidade lingüística onde o livro é ambientado”

evitar, tornando-se estímulos positivos ou negativos da criação. Adverte, porém, contra os perigos desses *estímulos*: eles podem levar à cópia servil das obras em voga; podem provocar nos escritores a migração interior e ainda levá-los a praticar o exotismo. Enfim, podem remeter o escritor, inconscientemente, a uma situação de dependência.⁵

E pelo visto, essas *imposições inconscientes* são tão fortes que o *regionalismo* é uma mancha qualitativa e numericamente expressiva no mapa da literatura brasileira, e que recobre todos os períodos. Por que, então, apesar dessa presença maciça, as obras *regionalistas* são geralmente identificadas como do espírito tacanho, portadoras de mediocridade e estreiteza, desacolhidas e discriminadas por alusões pejorativas, a ponto de Antônio Cândido, ao escrever sobre *regionalismo*, já em 1970, ter feito esta advertência: (...) *seria errado proferir, como está em moda, um anátema indiscriminado contra a ficção regionalista*.⁶

3. Possíveis fontes da discriminação. Supomos que essa discriminação tem várias fontes; resulta de uma composição de forças que, por não se restringirem ao âmbito artístico, fogem ao mérito da apreciação da qualidade literária. A tentativa de legitimar as obras *regionalistas* como secundárias é, em alguns aspectos, tendenciosa. Esse preconceito se abasteca na tradição e no modo geral como as metrópoles – falo do Rio e de São Paulo (como tradição cultural, público numeroso, boas universidades e bibliotecas, grandes editoras, grupos in-

telectuais com trânsito pela Europa, meios de comunicação com penetração em todo o país) – dominam o mercado cultural em detrimento das regiões mais atrasadas, que não têm como fazer ouvir a sua voz, e que não gozam desses benefícios.

E aqui abro um parêntese para comentar um pormenor. É sintomático que só se fala em *regionalismo* paulista, por exemplo, até o Pré-Modernismo, época em que o Rio, isolado, desfrutava de primazia cultural e São Paulo era então uma província, no sentido de que os bens culturais que se produziam ali não tinham repercussão no país. Tanto é que os candidatos a escritores oriundos de outros Estados só emigravam para o Rio. E assim ainda mesmo um pouco depois: Graciliano, Zé Lins, Raquel de Queiroz, Jorge de Lima, amando fontes, toda a safra mineira, e assim por diante.

A partir do Modernismo, sabe-se que São Paulo passa a se fortalecer cada vez mais e divide com o Rio o lugar de metrópole cultural. Ai, então, misteriosamente, a coisa muda. Não se falará mais em *regionalismo* paulista. Dois livros do Sr. Antônio Olavo Pereira, por exemplo, **Marcoré** (1957) e **Fio de prumo** (1965), ambos ambientados no interior do Estado de São Paulo, salvo engano, visto que não leio tudo, nunca os vi analisados como *regionalistas*.

Volto ao eixo do meu exame. Não tenho meios para questionar honestamente a constatação de que o *regionalismo* medra apenas nos países subdesenvolvidos. Nem é a minha intenção. Mas suponho que a divulgação indiscriminada dessa idéia mexe com as pessoas; gera logo, de partida, uma predisposição contra o *regionalismo*, uma vez que a nossa tendência geral – e seria pior se fosse o contrário – é imitar aquele produto que tenha prestígio, que seja reconhecido como de melhor qualidade. De forma que o indivíduo (escritor ou leitor), receoso de ser apontado como portador de mau gosto, de estreiteza mental, se integra ao padrão geral, tornando-se usuário do produto erigido como o mais sofisticado. E a partir daí todos querem perseguir o universalismo, observação, aliás, feita pelo Graciliano, e que citaremos adiante. Consequentemente, encosta para o lado as obras *regionalistas*, visto que estão fora de discussão, são obsoletas em relação à moda. Sabe-se que essa é uma inclinação natural das massas e do pensamento colonizado.

Em segundo lugar, a certeza e a divulgação de que o nosso *regionalismo* inicial foi uma corrente secundária, visto que os melhores produtos da ficção brasileira foram sempre *urbanos*⁷ também predispõe os entendidos contra o *regionalismo*. Idem, o vício de se pôr as obras de períodos e autores deferentes no mesmo saco. É o mesmo por aí que, sem levar em conta as devidas mediações, alguns leitores apressados rebocam as seqüelas dos nossos primeiros *regionalismos* para engatá-las, injustamente, no *regionalismo* contemporâneo.

A rigor, ninguém deveria se eleger a árbitro de uma obra *regionalista*, se está mal informado, se desconhece a realidade lingüística onde o livro é ambientado. Explico: como posso eu, que nada sei do linguajar do extremo sul do país, averiguar se **contos gauchescos**, de Simões Lopes Neto, livro

ambientado nas plagas e na fronteira do Rio Grande do Sul, é vazado em linguagem espontânea ou afetada? Como posso, de boa fé, argüir essa matéria se desconheço a sintaxe daquela gente, o seu vocabulário coloquial?

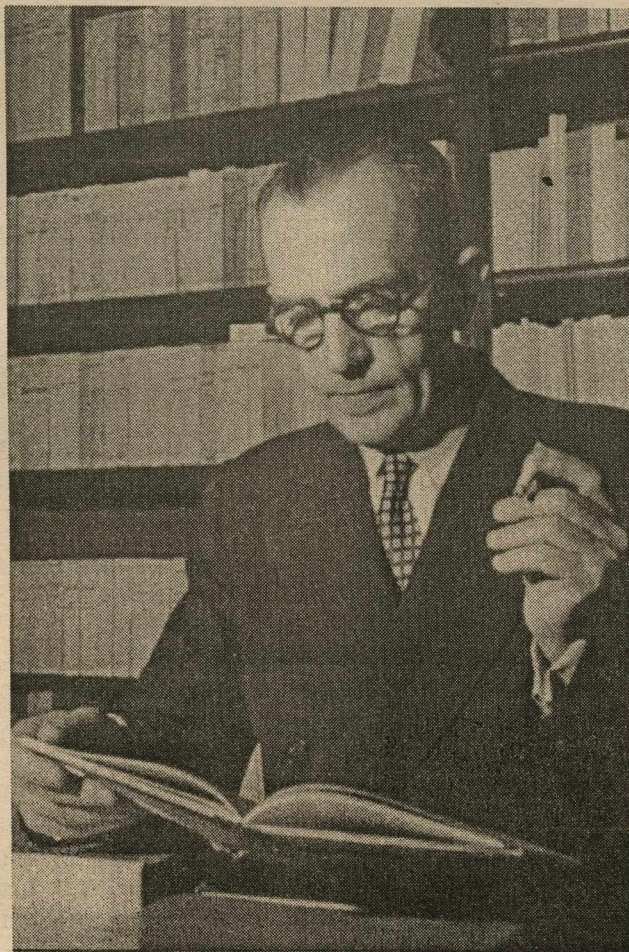
Posso mesmo aceitar a propalada versão de que até o Pré-Modernismo a produção literária regional tenha sido secundária. Aceito, mas não sem colocar uma objeção. E só aceito porque até então o *regionalismo* ainda não encontra o seu Machado de Assis. E aqui vai a objeção: sou de parecer que as seqüelas imputadas à produção *regional* de cada período também são extensivas a boa parte da literatura urbana da mesma época. Explico: a idealização, manipulada no período romântico, não é apanágio apenas das obras *regionalistas*. Veja-se *Diva* de José de Alencar, por exemplo. A força despropositada das influências genéticas e mesológicas, no Realismo, são a marca registrada não apenas de obras *regionalistas*. Aparecem mesmo em alguns dos mais prestigiados romances urbanos. Um tanto atenuadas em *O cortiço*, convenhamos, mas avassaladoras e inconvenientes em *O homem*, do mesmo autor. Também no Pré-Modernismo a propalada estilização não é um traço só dos *regionalistas*, nem se estende a todos eles. É um traço geral da época, extensivo aos romancistas urbanos em geral, e mais nítido e abusivo em Coelho Neto, que produziu nas duas áreas. Pois bem, olhado bem de perto, vemos que esse quadro diacrônico não desmerece a literatura *regionalista*.

Mas mesmo se aceitando que as manifestações *regionalistas* do século XIX constituem uma produção capenga: agora, em nosso século, depois de Graciliano, Rosa e outros, isso não tem mais cabimento. No que concerne à produção cultural não há leis eternas. A situação há muito foi revertida. Na geração de 30, por exemplo, dá-se uma completa virada. O romance *regionalista* veleja soberano e espalha pelo país inteiro a grande floração de suas obras, a ponto de superar todas as fronteiras internas e tornar-se emblema da produção nacional. Nessa década, diz Cândido, *a literatura adquiriu dimensão nacional definitiva, superando os regionalismos e se afirmando como instrumento de uma visão das regiões enquanto partes subordinadas ao todo*.⁸

O vezo tradicional de se considerar a nossa ficção *regionalista* inicial como secundária também tem sua parcela de responsabilidade na resistência que os entendidos das duas metrópoles brasileiras exerceram contra os *regionalistas*. Sérgio Millet anota: *houve um tempo em que era de boa crítica constatar a deficiência estilística dos escritores nordestinos. Só ao longo do tempo, entregamos os pontos pouco a pouco, com reticências e rebeldias ...*” E depois, o ato de contrição: *“Mas era erro de penetração; a nova língua nascia de uma necessidade, brotava como um fenômeno natural ao meio, amadurecia em função dos próprios problemas do meio”*. Acrescenta, por fim, que aderiu ao movimento *regionalista* pelo assunto *“Pela ética é que chegamos à nova estética”*.⁹

Mas não nos empolguemos com essa alusão a que os *regionalistas* nordestinos criaram uma nova

estética. Evitemos a megalomania. Essa expressão *nova estética* é relativa, tem de ser compreendida nos seus devidos termos. Como assegura Antônio Cândido, falando da literatura brasileira em geral, *jamais criamos quadros originais de expressão; nem técnicas expressivas básicas*. Nos melhores momentos, o que conseguimos foi apenas *um afinamento dos instrumentos recebidos*¹⁰. Por isso, não nos convém essa diferenciação. Chega de ingênua intenção separatista. A lição de Franklin Távora já nos basta. Aqueles chamados não fazem literatura isolada. No campo da arte somos todos, isso sim, tributários das mesmas leis e estamos sujeitos aos mesmos caiporismos. No geral, os achados e os senões que permeiam e nutrem as obras *regionalistas* também são extensivos às obras urbanas. É tudo farinha do mesmo saco. Graciliano chegou a comentar ironicamente a leviana voga de se dividir os escritores brasileiros de 30 em nortis-



“Vejam, a propósito, esta advertência do Graciliano: *“Simulando horror excessivo ao regional, alguns romancistas pretendem tornar-se às pressas universais”*”

tas e sulistas. *Essa distinção que alguns cavalheiros procuram estabelecer entre o romance do norte e o romance do sul dá ao leitor a impressão de que os escritores brasileiros formam dois grupos como as pastorinhas de Natal, que dançam e cantam filiadas ao cordão azul ou ao cordão vermelho*.¹¹

O costume de se dizer que a literatura *regional* não tem dimensão universal também é balela. E o refrão de que a literatura *regional* está esgotada é antiga investigação. Graciliano, em carta a João Condé, fere o assunto: *Otávio de Faria me disse, em artigo enorme, que o sertão, esgotado, já*

não dava mais romance. E eu havia pensado: - Santo Deus! Como se pode estabelecer limitação para essas coisas.¹² Ao retomar em *Fogo morto*, anos após o seu ciclo da cana-de-açúcar, o mesmo assunto anterior, Zé Lins é criticado e declara que em arte não há temas esgotados. Há, sim, escritores esgotados. Sobre isso, costume ainda citar Barthes, que diz mais ou menos isso: *Os temas são poucos numerosos: os arranjos é que são infinitos*. Ou Medina: *Afinal, na história da literatura não são as fontes que secam. São os bebedores*.¹³

Quando aqui ou ali desponta um escritor de excelente envergadura, isso se deve apenas e unicamente ao talento e ao esforço individual. É o caso de Machado de Assis, só urbano; de Guimarães Rosa, só regional. É óbvio que ambos tiveram de ambientar seus personagens em algum espaço, pois a grande arte trabalha com a particularidade concreta e não com abstrações. Rosa, na zona rural de Minas, que conhecia tão bem. Machado, no Rio de Janeiro, que também conhecia bem. Nenhum é mais universal do que o outro. Não é o ambiente geográfico que gera a universalidade em literatura, a sua força e durabilidade. Mas sim, a excelência da interpretação operada com tal expressividade que gera o convencimento, a beleza, a empatia, o deleite, a ilusão de encantadora sabedoria.

Por que então persiste a discriminação das obras regionais? Além do que já frisamos acerca da mística elaborada em nome da tradição, há outras razões, nenhuma delas, porém, de ordem literária. É que as teorias, os critérios de avaliação, a formação da opinião especializada e pública são elaborada nas metrópoles, levando em conta o gosto dos metropolitanos, a realidade social e linguística deles. Tudo é medido pelo seu compasso. Qualquer pequena diferença de vocabulário, sintaxe, tom, é mal acolhida com intransigência. É tachada de afetação. Atualmente, a primazia do urbano é avassaladora não só em relação à literatura, claro está. Das grandes cidades provêm todas as resoluções. A zona rural não governa sequer o seu próprio destino. Se antes esse destino era regido pelas forças cegas da natureza, agora jaz manietado à mercê das imposições e da conveniência dos grandes cartéis políticos, econômicos, culturais, plantados nas grandes cidades, e que olham as minorias rurais com enfado e com desdém. Estas só lhes interessam enquanto passivos consumidores.

Na verdade, visto pela outra face, o *regionalismo* confirma a riqueza e diversidade da literatura brasileira, verdadeiro arquipélago cultural, como frisou Vianna Moog. Literatura que só será honestamente apreciada, se se levar em conta, sem discriminação, sem etnocentrismo, a soma de todas as suas modalidades. Se a realidade cultural brasileira é heterogênea, plural, há necessidade de compreensão, de soma das diferenças, de expressão e assimilação geral a fim de que nos aproximemos de uma homogeneidade que leve em conta todas as partes, toda a diversidade.

4. **O regionalismo contemporâneo.** Começo por afirmar categoricamente, para limpar o terre-

no, que todas as outras modalidades do *regionalismo*, neste momento, não é, consoante os românticos, sustentar intenções patrióticas e edificantes, nem criam idealizações ou enredos mirabolantes. Não é, como queria Franklin Távora, se bater por uma difusa e hipotética consciência regional. Não é, na esteira dos realistas, submeter ação e personagens ao cego jugo determinista conforme a natureza das regiões. Não é, como fizeram alguns pré-modernistas, colher o que há de pitoresco e exótico no registro etnográfico e linguístico, nem é descambar para o ufanismo. Não é ostentar a defesa dos miseráveis, crendo que esta bandeira pedagógica irá transformar o mundo, como quiseram alguns romancistas de 30, que beiram o triunfalismo. Também não é passar a vida ressentido contra os centros onde se localizam a nata intelectual, os leitores mais prendados e os meios de comunicação, ainda sabendo que esses centros geralmente torcem a cara contra o produto das regiões mais atrasadas, e manipulam a opinião pública e o movimento editorial. Também não é aderir às

vogas espúrias, não é compor um simulacro das obras prestigiadas, nem fazer concessões à demanda da mídia, fabricando obras amenas para o consumo dos ociosos mentais, que não toleram pensar. Como diz Bosi, a massa gosta de devorar fácil e rápido, *é uma espécie de monstro sagrado cujo único modo de domar é dar de comer*. É imediatista e apressada. *Querer mais significaria aceitar as delongas do discurso, percorrer o caminho pedregoso do pensamento*.¹⁴ E isso a massa não consegue apreciar.

a. Investir na expressão. Fazer *regionalismo*, hoje, é se saber marginalizado, é estar na contra-mão do mercado e da história, é caminhar ao arrepio das vogas, é saber retirar de uma profusa herança cultural apenas aquele delgado filão que sirva para espelho de todos. É ter uma consciência crítica ajustada ao momento. Como diz Cândido, *é partir para o refinamento técnico graças ao qual as regiões se transfiguram e os seus contornos humanos se subvertem levando os traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade*.¹⁵ É cumprir a estratégia de estar em dia com a leitura dos grandes escritores ocidentais, é se bater com eles, estimulados com os próprios recurso que assimilamos de suas obras, mas com um pé atrás, para que o tiro não saia pela culatra, porque também aprendemos a lição que coube aos modernistas. É saber enfrentar a palavra com audácia,



"Ratificando a opinião de Graciliano, o poeta Manuel Bandeira anota que ele, Zé Lins, só funcionava bem a bagaço de cana".

explorar com sabedoria os recursos expressivos, revitaliza o idioma.

Como diz Haroldo Bloom: *A grande literatura é sempre reescrever ou revisar, e baseia-se numa leitura que abre espaço para o eu, ou que atua de tal modo que reabre velhas obras a nossos novos sofrimentos*.¹⁶ É lançar mão desse cabedal caudaloso imbutido nas obras literárias do ocidente inteiro, mas, - e aqui é que bate o ponto - sem que aquela sede novidadeira, sem que aquele impulso viajero e turístico, que foi a fraqueza de alguns dos nossos modernistas, nos domine e nos abata. Enfim, é estar em dia com o mundo, mas sem abdicar da dimensão crítica e, sobretudo, sem esquecer as nossas raízes.

b. Investir nas raízes. Walter Benjamin, lamentando a falta de experiência das novas gerações se pergunta: *Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas, como um anel, de geração à geração?* E assegura: *O grande narrador se enraizará sempre no povo, antes de mais nada nas suas camadas artesanais*.¹⁷ Pois bem, embora não possamos exigir isso dos romancistas atuais, não custa lembrar que esse cheiro de seiva e de raízes é salutar a qualquer literatura. Carlos Fuentes, quando ainda jovem, candidato a escritor, depois de buscar nas grandes metrópoles culturais do mundo e nos grandes autores experiência e lições para a sua formação, o seu

estofa de escritor, termina voltando para o México e declarando, por convencimento, que o problema de sua geração não era descobrir a modernidade, mas descobrir a tradição mexicana.

Se Graciliano, José Lins do Rego, Guimarães Rosa deixaram obras duradouras é porque escreveram sobre a sua própria gente, nunca abdicaram de seu chão. Vejam, a propósito, esta advertência do Graciliano: *Simulando horror excessivo ao regional, alguns romancistas pretendem tornar-se às pressas universais. Não há, porém, sinal de que o universo principie a interessar-se por nossas letras, enquanto nós nos interessamos demais por ele e voluntariamente desconhecemos o que aqui se passa*.¹⁸ José Lins afirmou, da Paraíba: *Ai vivem, de raízes pregadas, a minha sensibilidade e a minha memória*.¹⁹ E quando resolveu escrever sobre o que se passava no rio, Fernando de Noronha ou Cabo Frio, fez obras menores e foi duramente repreendido por Graciliano Ramos, que reprovou a primeira parte de *Usina*, ambientada em Fernando de Noronha: *Zanguei-me com o Zé Lins. Por que se havia lançado àquilo? (...) O começo do livro de Zé Lins torturava-me. Quase desejei ver o meu amigo preso*.²⁰ Ratificando a opinião

de Graciliano, o poeta Manuel Bandeira anota que ele, Zé Lins, só funcionava bem a bagaço de cana. Do mesmo modo, quem senão um recifense, poderia contar tão belamente o Recife senão Manuel Bandeira, Joaquim Cardoso, João Cabral e Mauro Mota? Certamente só outro pernambucano da gema.

Pois bem, arremato insistindo neste ponto: a saída para o *regionalismo* contemporâneo tem essas duas faces: em primeiro lugar, o escritor tem de mergulhar no próprio chão, comungar da sua identidade, escutar as vozes da tradição, penetrar no seu substrato, sem o que redundará numa literatura anódina e indiferenciada; e depois extravasar isso lançando mão dos recursos expressivos mais adequados, com firmeza e ousadia, apanhados do opulento cabedal de todas as literaturas, e aclimatando-os a suas necessidades. Aliás, esta é condição imprescindível para toda literatura de boa qualidade, o que vem provar quanto é inócua, neste mundo sem fronteiras, a distinção entre literatura *regionalista* / literatura urbana. O isolamento cultural deve ser evitado a todo custo, é estratégia inviável que desemboca na esterilidade. *Se entendermos por nacionalismo a exclusão das fontes estrangeiras caímos no provincialismo; mas se o entendermos com cautela contra a fascinação provinciana por essas fontes, estaremos certos*.²¹ O segredo é manter o equilíbrio.

Como vêm, o que acabo de dizer sobre o *regionalismo*, vale para qualquer outra boa literatura. Por fim, concluindo assim pela superação do *regionalismo*, cito Dante Moreira Leite: (...) *a nossa melhor literatura atual supera a dicotomia regional/universal, pois encontra uma forma esteticamente válida para exprimir a realidade tipicamente brasileira. Mais importante ainda, essas obras revelam abaixo das peculiaridades da situação brasileira, os conflitos humanos subjacentes em qualquer literatura. Em outras palavras, a grande literatura brasileira contemporânea não chega, através do seu aprofundamento, a descobrir a alma brasileira, mas revela, na situação do homem brasileiro, as situações fundamentais dos homens de outras épocas e lugares.*²² Só através dessa estratégia, que se opera pela transfiguração da linguagem, poderemos impor a nossa região ao resto do país e ao mundo, obrigá-los a que enxerguem o nosso enfoque, a diferença que também lhes diz respeito, a que se detenham suspensos das nossas interpretações poéticas, feitas com a sabedoria de um Garcia Marquez, que projetou a sua imaginária e já legendária Macondo. Através dele, o olhar do mundo inteiro tem se refletido no Caribe. O mesmo procedimento é recomendável para o *regionalismo* interno.

Enfim, vejo que apesar de estragar muito papel, fui envolvido pelo óbvio. Se ao comentar a literatura de 30, A. Cândido já indica a superação dos *regionalismos*; depois do extraordinário enfoque de Guimarães Rosa e João Cabral, da revolução que fizeram em cima da palavra – então, discorrer a favor dessa idéia, pergunto, não é o mesmo que chover no molhado?

NOTAS

¹ *Vários escritos*. São Paulo, Duas Cidades, 1995, p. 304.

² Dante M. Leite. *O caráter nacional brasileiro*. S. Paulo, Livraria Pioneira, 1976, p. 140.

³ *Literatura no Brasil*. Rio, Editorial Sul Americana S. A. Vol. 5, ps. 302-303.

⁴ *Ibidem*.

⁵ "Literatura e subdesenvolvimento". In *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ática, 1987, pp. 157-158.

⁶ *Ibidem*

⁷ *Ibidem*, p. 161.

⁸ In *Vários escritos*, cit. P. 300.

⁹ Transcrito no prefácio à sétima edição de *Fogo Morto*. Rio, José Olímpio, 1968, pp. xxi-xxii

¹⁰ Cândido, *a educação pela noite e outros ensaios*, cit., pp. 151-152.

¹¹ *Linhas tortas*. São Paulo, Martins, 1967, p. 141.

¹² Carta a Condé, 1944.

¹³ "Dantas renova registro regionalista." *O Estado de São Paulo*, 30-10-93.

¹⁴ "As letras na 1ª República" In *História da Civilização Brasileira*. Rio/ São Paulo, Diefel, 1977.

¹⁵ *A educação pela noite e outros ensaios*, cit., p. 161.

¹⁶ *O cânone Ocidental*. Rio, editora Objetiva, 1995, pp. 19-20.

¹⁷ *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 114-214.

¹⁸ *Linhas Tortas*. São Paulo, Martins, 67, pp. 279-280.

¹⁹ *Poesia e Vida*. Rio, Editora Universal, 1945, p. 121.

²⁰ *Memórias do Cárcere*. 2º. Volume. São Paulo, Martins, 1965, p. 208-209.

²¹ A. Cândido. *Vários Escritos*. cit., p. 305.

²² *O caráter nacional brasileiro*. cit., p. 332.

Francisco J. C. Dantas, sergipano, é autor de *Os Desvalidos*, *Comarca da Memória*, *A mulher na obra de Eça de Queiroz*, entre outras obras.

O primeiro número

Afranio Pires Lemos

Não é a primeira vez que me procuram para saber sobre o número 1 do jornal A TRIBUNA DO NORTE, que há tanto tempo tem brilhado nesta capital. Como algumas pessoas sabem que eu coleciono primeiros exemplares de revistas e jornais, e como a coleção já me alcançou índices inimagináveis de volume, me vejo entre rosas e espinhos, ao ser indagado sobre ela.

É que, em primeiro lugar há, e sempre haverá, o cuidado amorável em não se deixar maltratar um patrimônio, que julgo já não só meu, pelo seu aporte, e como obra que um dia pertencerá ao Estado. Deverá pertencer, segundo diviso hoje, para deleite, estudos e fonte de consultas para estudantes, pesquisadores e, simplesmente de curiosos, que a ela poderão ter acesso.

Só que, hoje, hoje, não sei como isso se dará, pelo mal que poderá causar às peças, uma vez que o simples manuseio de exemplar, durante uma semana por número qualquer de pessoas, já será desgaste para referidas peças no acervo. E eu só as admito limpas, enxutas, lisas e bem conservadas. Então, como ficar exposta ao grande público?

Não sei. No entanto, como hoje, hoje, já existem máquinas copiadoras que efetuam verdadeiros milagres em matéria de cópias, operações que jamais poderiam se pensar, anos atrás, é bem possível que daqui a mais um tempinho, inventem maneira de se copiar revista como um todo. E aí, ficaria o original numa vitrine e as cópias para serem manuseadas, por quem quisesse. Assim mesmo, com o desvelo de acompanhantes.

O valor dessa coleção é-me escorregadio. Apesar de dispor de alguns valores de exemplares tais, já catalogados pela grande imprensa, não possuo idéia lógica de seu valor, individual ou total. Jamais me preocupei com o detalhe.

E assim foi quando a Tribuna, que na época se modernizava, corporificando novas máquinas e, com alarde, sobre potencial de beleza que nos encheria os olhos. E precisaram do número 1, ou para encarte ou para ilustrar matéria alusiva ao esforço. E à odisséia.

Só que, ao irem atrás, cadê o número 1 na cole-

ção? Não havia. Houve corre-corre e aí alguém se lembrou que, na cidade, havia estudante velho que colecionava isso. "Isso o quê?" "Número 1 de jornais!" "E quem é o cara?" "É Afranio, que trabalhou no Instituto" "Então vá falar com ele e consiga o número 1". "Só que ele não disporá, né doutor?" "Mas, por quê?" "O senhor daria?". "Então diga a ele que nós pagaremos o que ele quiser".

E Agnelo em pessoa me telefonou. Explicou-me e sabedor de minha odisséia, igual a deles, no momento, desejava que lhe fornecesse o exemplar n. 1 da Tribuna. Aí disse a Agnelo que infelizmente não tinha. E para ele não dizer que não lhe fosse com essa conversa, disse logo que por haver pas-

sado período da vida debaixo de sofrimentos recentes, e sem lugar adequado para a guarda do tesouro, coloquei peças principais numa caixa, dessas de hoje, de papelão, num canto de sala. E lá ela passou o inverno. E que quando fui lhe consultar matéria qualquer, ao levantar a caixa, veio a metade e a outra ficou no chão. Mofou em demasia. Umidade e ácaro consumiram o esforço de muitos anos.

E lá estavam a Manchete n. 1, a Vamos Ler, a Carioca, a Scena Muda, Fon-Fon.. A Tribuna.

Agnelo estrategicamente passa o telefone para Zé Gobat, que me disse dar o quanto quisesse pelo exemplar. Deixasse de amores mil.

Contei-lhe o acontecido. Aí ele afobou-se e deu-me um abraço e até hoje a Tribuna não conseguiu o número 1, que eles queriam, haja vista um dia desses, Nelson Patriota me vir atrás do número um, para ele, amigo velho, e que poderia lhe ser servido. Precisava apenas de uma cópia. Contei-lhe o episódio, porque era só o que eu poderia contar. E nisso ficou.

Lamentavelmente ninguém tem, no Rio Grande o n 1 da Tribuna do Norte, que passa a ser exemplar raro, para quem o esconde. Eu confesso de mãos juntas, não o tenho. E isso me causa desgano vasto, por dispor de coleção com milhares de periódicos, daqui e de fora, e não ter mais o da Tribuna, que poderia ser-me útil e ao jornal. E à comunidade, por que não? Já a tive, já a conservei, mas isso, agora, não interessa. A coleção para eles não vale nada. Everaldo Lopes, com raiva e pelo telefone, me chamou de não-sei-o-quê, que para Berilo era quase um nome feio. É vero!

Afranio Pires Lemos, norte-rio-grandense, é jornalista, romancista e poeta.

Três Tercetos

e um canto às vozes do mar

Gilberto Avelino

(01)

A onda vem e eleva o canto de Prévert.
E o escutas, entre espumas e ventos.
Divides a ternura. Repartes comigo

a tua ternura e o teu anseio,
tão amplo e belo –
à semelhança da onda que canta.

Um Canto às Vozes do Mar

Essa música triste,
vinda do mar,
são vozes de crianças
feridas ou mortas
em úmidas calçadas.

Essa música triste,
vinda do mar,
são vozes de negros e brancos,
de longínquos territórios,
em agonia da fome.

Essa música triste,
vinda do mar,
são vozes de ânsias
infinitas de suicidas
e de marinheiros mortos.

Essa música triste,
vinda do mar,
são vozes angustiadas
de pátrias imoladas.

Essa música triste,
vinda do mar,
em lamento profundo,
são vozes do povo.

Ó música triste do mar,
ó vozes do mar,
perdeis a ressonância
no seio dos rochedos

e nas rendas das espumas,
sem verde, sem branco,
vermelhas de sangue,
escuras de cinzas.

(Poemas constantes do livro inédito: "Os
Tercetos e Um Canto às Vozes do Mar")

(20)

Amada amiga, não devo dizer-te agora:
entende a voz dos ventos. Chama-me o mar.
Embarcar irei. À madrugada a vaga

é tranqüila. Digo-te, perenizo os instantes.
Nas tuas lembranças, pois, sempre aportarei.
Ao mar. É o caminho, a minha saga e sina.

(10)

na claridade da manhã
pervaga o aroma dos jasmíns.
e é denso o verde das ramas.

O sol aquece a plumagem dos pássaros.
Em redor da casa as sombras.
Entre as sombras ergue-se a tua sombra.

Gilberto Avelino, natural de Macau (RN) é poeta. Escreveu, entre outros livros, *O Moinho e o Vento*, *O Navegador e o Sextante*, e *As Marés e as Ilhas*.